

# POVO LIVRE

Director: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto

Periodicidade Semanal

Registo na ERC n.º 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, n.º 9 1249-087 Lisboa

## Editorial

### Um Natal difícil

A poucos dias da celebração de mais uma quadra natalícia, convenhamos que os portugueses têm poucas razões para sorrir.

A crise económica é cada vez mais profunda, o rendimento das famílias escasseia e o desemprego aumenta.

Nunca como hoje se viu tanta pobreza envergonhada.

É a confiança que se desvanece, a ilusão que se desmorona, a fantasia que se esfuma.

E o pior é que o ano que aí vem não augura nada de bom, bem pelo contrário. Mais empresas a fecharem, mais famílias sem sustento, mais jovens sem um rumo no horizonte. E um governo à deriva, apostado em mistificar a realidade, numa desenfreada obsessão do poder pelo poder. Sem o mais recôndito sinal da mais leve sensibilidade social. Mesmo que ténue, mesmo que frágil.

É por isso que o PSD tem hoje uma responsabilidade no país. Só o PSD pode ser portador de uma mensagem de esperança.

De alternativa séria ao actual estado de coisas. Para isso precisa de paz, de coesão e de unidade. E de mobilizar o eleitorado em torno do seu projecto e de Manuela Ferreira Leite, a líder de todos os sociais-democratas.

É tempo de vencer as dificuldades e de olhar em frente.

O ano de 2009 terá de ser o ano do PSD.

Definitivamente.

Manuela Ferreira Leite afirma:

O Governo está sempre a chegar atrasado em relação ao momento em que deve tomar as medidas necessárias



(Pag. 2 e seguintes)

### «Povo Livre» não estará “on line” no período de Férias de Natal e Ano Novo

Cumprindo as normas internas do «Povo Livre», a publicação da edição semanal é suspensa na quadra Natalícia e de Fim-do-Ano e, tendo em consideração as datas de publicação que seguem, o próximo número do nosso Jornal será colocado on-line na quarta-feira, dia 7 de Janeiro de 2009.

Chamamos a atenção das estruturas do PSD, JSD, TSD e ASD para a marcação e publicação das eventuais convocatórias e para os seus prazos, se estas tiverem carácter eleitoral.

Não podemos encerrar o ano sem desejar a todos os militantes, amigos e leitores do «Povo Livre», bem como as suas famílias, um Santo Natal e um ano de 2009, que traga a todos melhores notícias que este 2008.

Não esqueçamos que vai ser um ano de grandes lutas políticas e que o PSD conta com todos os seus! Que Deus nos acompanhe e nos ilumine, são os nossos desejos e esperanças. - PL

# “Portugal, neste momento, já está em recessão e só não está em recessão técnica porque não passou o número de trimestres suficientes”

Na terça-feira da semana passada, a presidente do PSD, Manuela Ferreira Leite, considerou que “Portugal neste momento já está em recessão”, embora não em recessão técnica, e que “o Governo está sempre a chegar atrasado”, mostrando-se incapaz de actuar preventivamente.

Manuela Ferreira Leite falava em conferência de imprensa, na sede nacional do PSD, a propósito dos dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), segundo os quais a economia portuguesa decresceu 0,1 por cento no terceiro trimestre deste ano face aos três meses anteriores, arriscando entrar em recessão técnica.

“A falta de capacidade de prever factos ou a tentativa de os inferir está a ter custos elevados para o país porque, como se vê, o Governo está sempre a chegar atrasado em relação ao momento em que deve tomar as medidas necessárias”, declarou Manuela Ferreira Leite.

A presidente do PSD assinalou que o terceiro trimestre, “Julho a Setembro” foi “o período em que o Governo sempre negou a crise e garantiu que Portugal ficaria incólume à situação financeira internacional”.

De acordo com Manuela Ferreira Leite “é mais do que evidente que Portugal neste momento já está em recessão e só não está em recessão técnica porque não passou o número de trimestres suficientes”.

“O quarto trimestre não vai com certeza ser melhor do que o terceiro”, anteviu.

Comentando as declarações do primeiro-ministro, José Sócrates, sobre as descidas das taxas de juro e dos preços dos combustíveis, a presidente do PSD sublinhou que “nem as taxas de juro nem os preços dos combustíveis têm alguma coisa a ver com medidas do Governo”.

“Se vão melhorar, tanto melhor para o país, mas não tem nada a ver com a acção do Governo. A acção do Governo não está a ser feita ou está a ser feita sempre com atraso, atrás dos factos já ocorridos e não para os prevenir”, reforçou.

### Confiança em Paulo Rangel, e esclarecimento das faltas dos Deputados

A presidente do PSD manifestou confiança no líder do grupo parlamentar social-democrata, Paulo Rangel, e prometeu falar sobre as faltas de sexta-feira após esclarecer a “responsabilidade individual” de cada deputado.

“Confio inteiramente naquilo que o presidente do grupo parlamentar está a fazer sobre essa matéria. A responsabilidade dele está assumida, no sentido de que não tem responsabilidades evidentemente pela acção dos outros deputados”, declarou Manuela Ferreira Leite, em conferência de imprensa, na sede nacional do PSD.

“A responsabilidade dos deputados é uma responsabilidade individual, não é de qualquer outro tipo. Quando essa responsabilidade individual estiver absolutamente clara então falarei sobre essa matéria”, acrescentou Manuela Ferreira Leite, assegurando que falará “com certeza” depois da reunião de quinta-feira do grupo parlamentar do PSD.

Questionada se o lugar de Paulo Rangel está em causa, a presidente do PSD respondeu que “seria



absolutamente extraordinário que uma pessoa que não tem nenhuma responsabilidade nessa matéria, que exerceu todas as suas responsabilidades como líder parlamentar, fosse a pessoa que saía do grupo parlamentar”.

### Governo apresenta, como sua, parte de uma proposta do PSD, mas “soluções para uns, devem ser aplicadas a todos”

A nossa Presidente congratulou-se com a decisão do Governo de permitir que as transportadoras de mercadorias paguem o IVA apenas no momento da emissão do recibo, dizendo que foi adoptada parte de uma proposta do PSD.

“O Governo vem acolher, só agora, parte da nossa proposta, ao aplicar ao sector transportador o critério da entrega do IVA no momento da emissão do recibo. Congratulo-me por este facto”, declarou a presidente do PSD, em conferência de imprensa, na sede nacional do partido.

Manuela Ferreira Leite contestou, contudo, que “este mesmo princípio não seja aplicado a todos os sectores e empresas que o desejem”, referindo que o PSD fez uma proposta nesse sentido “há dois meses”, durante o debate do Orçamento do Estado para 2009.

“Uma medida desta natureza não pode ser aplicada de forma avulsa e discricionária, tem que ser generalizada a todos os que a desejam. Como é que se explica que não se aplique este mesmo princípio aos têxteis, ao calçado, ao vestuário, ao mobiliário ou a qualquer outro sector?”, questionou.

Por outro lado, a presidente do PSD considerou que “é também altura de questionar o Governo, passados quase dois meses sobre o anúncio do pagamento das dívidas Estado às empresas, para que se faça um ponto da situação”.

Manuela Ferreira Leite quer “saber quais as empresas que beneficiaram desta iniciativa e quais os montantes que já foram pagos”.

“Apenas os anúncios não beneficiam em nada as empresas. O que conta são os factos e é tempo de os conhecermos”, defendeu a presidente do PSD.

“Insistimos na redução da taxa social única e no alargamento do prazo de pagamento do subsídio de desemprego. Esperamos que o Governo, à semelhança do que tem feito, siga as propostas concretas do PSD, mas que as aplique em tempo”, disse ainda Ferreira Leite, alegando que “o sectarismo do Governo, que teima em rejeitar as propostas do PSD, para mais tarde as vir a aplicar, está a criar prejuízos enormes ao país”.

### Manuela Ferreira Leite, em Bruxelas, na reunião dos líderes do PPE

A presidente do PSD, participou quinta-feira, em Bruxelas, na mini-cimeira de líderes do Partido Popular Europeu que antecedeu a Cimeira Europeia dos 27 que se iniciou no mesmo dia, disse à Lusa fonte social-democrata.

Na reunião da família política europeia do PSD, que irá passar em revista os temas da reunião dos chefes de Estado e de Governo, Manuela Ferreira Leite esteve ao lado do presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, do presidente da França e actual presidente da União Europeia, Nicolas Sarkozy e da chanceler da Alemanha, Angela Merkel, entre outros.

Os líderes europeus reunidos quinta e sexta-feira em Bruxelas aprovaram um plano de relançamento da economia europeia e renovaram os objectivos de protecção ambiental, mas os 27 divergem sobre a amplitude e o nível de esforços nacionais.

Os chefes de Estado e de Governo esperam ainda que a Irlanda se comprometa a ratificar o Tratado de Lisboa através de um novo referendo em 2009 depois do país receber garantias em várias áreas: manutenção de um comissário europeu, aborto, fiscalidade e neutralidade. – *Do nosso correspondente na UE*





# Rui Rio entende que “Governo quer fazer dos Portugueses “lorpas””



O vice-presidente do PSD, Rui Rio, acusou no dia 14 o Governo de “fazer dos portugueses lorpas” ao anunciar “dia sim, dia não” apoios de milhões para “tudo e mais alguma coisa”, mas sem conseguir incutir confiança no país.

“Embora o dinheiro seja importante, o Governo não consegue incutir confiança ao país, porque está esgotado”, acusou Rio.

O Governo quer “fazer dos portugueses lorpas, ao anunciar dia sim, dia não milhões e milhões para isto e para aquilo, para tudo e mais alguma coisa”, acrescentou o vice-presidente do PSD, na cerimónia de inauguração das obras de renovação da sede do partido em Braga.

Rui Rio disse que o PSD tem obrigação de alertar os portugueses para os erros do Governo, classificando como “uma desgraça para o futuro de Portugal o montante para investimentos públicos faraónicos, sem efeito reprodutivo”, anunciados pelo Executivo socialista.

“Vamos acumular dívida pública que vai ser paga pelas gerações futuras, já que os investimentos não vão ser pagos para o ano nem daqui a três anos, sê-lo-ão daqui a oito, dez, doze anos”, declarou Rui Rio.

“É isto que as pessoas não vêem e que o PSD deve estar permanentemente a alertar”, acrescentou o dirigente social-democrata, referindo que “quando o Governo iniciou funções a crise não era tão profunda, mas encontrou-se um responsável, a herança”.

“Depois houve outro responsável pela crise, o preço do petróleo, e quando esta justificação se esgotou, porque hoje está mais barato, veio o argumento da crise internacional”, prosseguiu Rui Rio.

“Todos os argumentos são parcialmente verdadeiros”, sublinhou,

assinalando que houve muitos erros do Governo, como sucedeu com os professores, “com quem tem lidado de forma desastrosa e não actuando de forma capaz”.

A inauguração da sede do PSD de Braga contou ainda com as intervenções de António Marques, presidente da Comissão das Obras da sede, de Miguel Macedo, presidente da mesa da Assembleia de Secção, e Ricardo Rio, presidente da Comissão Política e candidato à Câmara de Braga.

## **PSD recebeu com reservas o plano de combate à crise, pela falta de medidas fiscais absolutamente necessárias**

O PSD recebeu com reservas o plano de combate à crise do Governo, pela falta de medidas fiscais absolutamente necessárias, e acusou o Governo de “chegar sempre atrasado”.

Num primeiro comentário ao plano, o líder parlamentar do PSD, Paulo Rangel, insistiu na proposta de redução da taxa social única como “uma medida muito eficaz” para combater o desemprego e não aquela que o Governo adoptou.

Paulo Rangel sublinhou que o Conselho de Ministros de hoje adoptou agora várias medidas defendidas pelo PSD no passado, e que o PS «chumbou» sem cerimónias, tal como a descida da taxa social única, “chumbos” que o Executivo justificava com a acusação de que “iria fazer derrapar o défice orçamental”, o que, agora, muito convenientemente esquece....

“O Governo chega sempre atrasado”, disse Paulo Rangel, afirmando que “criticou ao PSD aquilo que está a fazer agora”.

O líder da bancada social-

democrata relativizou as propostas apresentadas para as pequenas e médias empresas, voltando a propor que “paguem o IVA com o recibo e não com a factura”.

“Era uma medida com um pequeno impacto orçamental, mais relevante do que as linhas de crédito”, disse.

Paulo Rangel remeteu para mais tarde outros comentários, depois de o partido analisar as propostas em pormenor.

O Governo reuniu-se hoje para aprovar um plano de combate à crise, que abrange várias áreas como o emprego, o investimento e o apoio às empresas.

## **PSD satisfeito com a remessa para o Tribunal Constitucional de norma do Código de Trabalho**

O PSD congratulou-se com a decisão do Presidente da República de enviar para o Tribunal Constitucional a norma do Código do Trabalho que alarga para seis meses o período experimental, lembrando que contestou essa norma.

“Congratulamo-nos com isso”, declarou aos jornalistas o líder parlamentar do PSD, Paulo Rangel, no Parlamento, referindo-se à decisão de Cavaco Silva, anunciada através de uma nota colocada na página da Presidência da República na Internet.

Paulo Rangel lembrou que o PSD se absteve na votação da revisão do Código do Trabalho, que “houve várias normas contra as quais lutou” e que a principal foi o alargamento do período experimental de 90 para 180 dias.

Sem querer fazer um juízo sobre a constitucionalidade da norma, o líder parlamentar do PSD considerou que se trata de um prazo “manifestamente desproporcionado” e referiu que “é essa a justificação do Presidente da República”.

“É desproporcionado para as necessidades. Não é preciso meio ano para saber se uma pessoa se adequa ou não às funções. É o total desregramento das normas do direito do trabalho”, defendeu Paulo Rangel.

O líder parlamentar do PSD argumentou que esta norma “é a negação da ideia de combate à precariedade” proclamada pelo Governo como o objectivo da nova legislação laboral porque “permite que qualquer pessoa seja despedida sem a invocação de qualquer justa causa, sem o pagamento de qualquer indemnização, até seis meses” após ser contratada.

Quanto à entrada em vigor do

Código do Trabalho, segundo Paulo Rangel “será difícil que entre em vigor no início do ano, apesar da urgência pedida pelo senhor Presidente da República” ao Tribunal Constitucional.

“O Governo foi muito advertido para o facto de os calendários serem demasiado apertados”, sublinhou Rangel.

## **PSD apresentou projecto de Lei para suspensão da avaliação dos professores**

O PSD entregou no dia 12 o seu projecto de lei para que a avaliação dos professores seja suspensa, se adopte um modelo transitório “no prazo de um mês” e depois se aprove um novo modelo para 2009/2010.

A entrega deste projecto de lei foi anunciada na quinta-feira pelo líder parlamentar do PSD, Paulo Rangel, como forma de reparar o que referiu como uma “falha” da sua bancada – a ausência de 30 deputados nas votações da semana passada, em que poderia ter sido aprovado um projecto de resolução do CDS-PP no mesmo sentido.

Em vez de um projecto de resolução com recomendações ao Governo, o PSD optou por apresentar um projecto de lei, que caso seja aprovado impõe a suspensão e substituição do actual modelo de avaliação dos professores.

O diploma do PSD inclui três princípios.

Em primeiro lugar, determina a suspensão da vigência das normas do Estatuto da Carreira Docente relativas à avaliação dos professores, do decreto de Fevereiro que regulamenta essas normas e do decreto de Novembro que define o regime transitório da avaliação.

Em segundo lugar, estabelece que “o Governo deve adoptar, no prazo de um mês, um modelo simplificado de avaliação do desempenho docente que, a título transitório, regulamente a avaliação do desempenho do pessoal docente” no ano lectivo 2008/2009.

Por fim, o projecto do PSD obriga o Governo a “aprovar, até ao final do presente ano lectivo, o enquadramento legislativo e regulamentar do novo modelo de avaliação do desempenho do pessoal docente” que comece a vigorar no ano lectivo 2009/2010.

Os artigos do diploma do PSD nada referem quanto ao conteúdo do novo modelo de avaliação, o que na quinta-feira Paulo Rangel justificou com a intenção de obter o maior consenso possível.

As únicas referências ao futuro



modelo encontram-se na exposição de motivos do projecto de lei, onde o PSD declara ser a favor de “um modelo alternativo, simples, justo e desburocratizado, no qual todos os agentes educativos se revejam”.

Na exposição de motivos, o PSD reitera que pretende “alcançar um consenso parlamentar”.

Paulo Rangel disse na quinta-feira que o PSD queria “ir ao encontro de um consenso parlamentar que se poderia ter criado na sexta-feira” da semana passada e manifestou esperança na obtenção do apoio de “outros deputados da bancada socialista”.

Nas votações da semana passada seis deputados socialistas votaram a favor do projecto do CDS-PP, ao lado de toda a oposição, e uma deputada socialista absteve-se, colocando o PS em minoria, em termos absolutos. As faltas de deputados da oposição de vários partidos (não apenas do PSD) impediram a aprovação do projecto.

O projecto de resolução do CDS-PP recomendava ao Governo “uma solução transitória para o ano lectivo 2008/2009” que implicava a suspensão de algumas das normas em vigor, como a obrigatoriedade de assistência às aulas pelos avaliadores.

O CDS-PP recomendava ainda que fosse encontrado “um novo regime de avaliação, simples e justo”, indicando alguns princípios desse novo modelo, entre os quais que fosse “eliminada a possibilidade de professores de escalão inferior avaliarem professores e escalões superiores” e que a avaliação fosse “efectuada pelo órgão de direcção pedagógica da escola”.

### Nomeações políticas “saloiias” Socialistas rejeitam mais um projecto de resolução do PSD, agora sobre nomeações dos directores de ACES, que colhia consenso de toda a Oposição

A maioria socialista rejeitou hoje o projecto de resolução do PSD que exigia a suspensão do processo de nomeação dos directores executivos dos Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES), uma proposta que reunia o consenso da oposição.

Na apresentação do projecto, em



reunião plenária, o deputado do PSD Carlos Miranda afirmou que a Assembleia da República podia hoje “impedir o PS de continuar este pernicioso processo político”.

Carlos Miranda aludia ao decreto-lei nº 28/2008, aprovado pelo Governo no final de Fevereiro, que determina o agrupamento dos actuais cerca de 350 centros de saúde e respectivas extensões em novos serviços denominados Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES), que serão no máximo 74 e terão, cada um, um director executivo nomeado pelo Governo sob proposta da administração regional de saúde.

Para o deputado social-democrata, a “saloiia nomeação política destes directores” deitou “tudo a perder” e “amputou” os ACES da sua “autonomia gestonária”.

Esta opinião foi secundada pelo

deputado do Bloco de Esquerda João Semedo, considerando que neste processo “não está garantida a gestão da autonomia dos agrupamentos de saúde” ao serem feitas escolhas, “não por concurso, mas por exclusiva nomeação governamental”.

Já a deputada do CDS-PP Teresa Caeiro criticou a “voragem de nomeação” dos directores dos ACES, e defendeu a necessidade de “rever e suspender essas nomeações feitas ao abrigo de uma legislação tão abrangente que permite decisões casuísticas”.

O deputado comunista Bernardino Soares classificou o decreto-lei de “diploma das nomeações em cascata”, sublinhando que “não há vontade política para que os ACES tenham uma gestão mais democrática”.

### PSD quer esclarecimentos a respeito de pressão sobre jornalista

O PSD exigiu, no dia 12 esclarecimentos, à ministra da Saúde, e admitiu chamá-la ao Parlamento por causa de uma alegada repreensão de Ana Jorge a um jornalista da RTP que tentou questionar a sua colega da Educação.

“Ou a senhora ministra dá uma explicação cabal sobre esta matéria ou o PSD vai chamá-la à 12ª Comissão para saber que tipo de combinações a senhora ministra costuma ter com jornalistas ou teve neste caso”, anunciou o deputado social-democrata Luís Campos Ferreira, no Parlamento.

O Correio da Manhã noticiou que, durante a apresentação do plano de combate à SIDA nas escolas, no Centro Nacional de Cultura, em que estavam presentes as duas ministras, um jornalista da RTP tentou questionar a ministra da Educação sobre os protestos dos professores.

Segundo o Correio da Manhã, Ana Jorge reagiu à pergunta, dirigindo-se ao jornalista e dizendo-lhe: “O quê? O senhor não sabe o que está combinado? Que hoje só pode fazer perguntas sobre esta cerimónia e sobre o plano de combate à SIDA nas escolas? Ainda por cima é a RTP, a televisão pública, a fazer uma coisa destas. E, depois, logo à noite, não sai a reportagem”.

Para o deputado do PSD Luís Campos Ferreira, “das duas, uma: ou isto é uma inabilidade da senhora ministra ou faz parte de uma escola do Governo e do senhor primeiro-ministro, Governo este que quer construir uma boa imagem à custa do direito à informação, da limitação da liberdade de imprensa”.

### Mais que faltas, o PS teve “fractura” no caso da avaliação dos professores

O líder do grupo parlamentar social-democrata assinalou na semana passada a “fractura” ocorrida na bancada do PS a propósito da avaliação dos professores e disse esperar o apoio de “outros socialistas” ao novo projecto do PSD.

Em conferência de imprensa, no Parlamento, Paulo Rangel declarou que







“não há memória nas últimas décadas de ter havido uma fractura do grupo parlamentar do PS tão relevante” ou noutro grupo parlamentar como a quebra da disciplina de voto por parte de sete deputados, que colocou a maioria parlamentar em minoria.

Na sexta-feira, os votos a favor de seis deputados do PS e a abstenção de uma socialista teriam permitido a aprovação de um projecto do CDS-PP que recomendava ao Governo a suspensão do processo de avaliação dos professores, não fossem as ausências de deputados da oposição.

“Uma fractura desta dimensão – em matérias de disciplina de voto, não estamos a falar de liberdade de voto – não tem paralelo nas últimas décadas em nenhum grupo parlamentar. *Este é um aspecto que passou mais despercebido*”, salientou o líder parlamentar do PSD, referindo-se aos sete deputados do PS.

Paulo Rangel acrescentou que, ao apresentar um projecto de lei para suspender o actual modelo de avaliação e mandar o Governo a encontrar uma solução transitória, o PSD sabe “que há outros deputados da bancada socialista que estão abertos a esta questão”.

Na sexta-feira, esses socialistas “até votaram noutro sentido”, referiu Rangel, considerando que com o projecto do PSD, “que é ainda mais amplo, mais abrangente, mais consensual, talvez possam também apoiar esta iniciativa do PSD”.

Rangel adiantou que o PSD quer ver o seu projecto debatido em plenário “logo no início de Janeiro”, tão cedo quanto é regimentalmente possível.

Questionado se ficou surpreendido com o resultado da votação de sexta-feira, Paulo Rangel respondeu que sim porque “tinha uma estimativa de onze a doze pessoas” da sua bancada que iriam faltar, “tinha ideia de que podia haver mais alguns, mas não tinha ideia de que fossem tantos”.

O líder parlamentar do PSD afirmou que não contava, contudo, com a possibilidade de fazerem aprovar o projecto do CDS-PP: “Poderíamos ter tido outra expressão – não digo vencedora, porque tínhamos 12 dispensas, não tínhamos possibilidade de vencer – mas poderíamos ter tido outra expressão”.

Interrogado se colocou a hipótese de se demitir na sequência das faltas de sexta-feira, Rangel disse que essa “é uma questão que nem se pôs, nem se põe, não tem qualquer sentido, carece de todo o sentido e propósito”.

Direcção do GP/PSD não validará justificações de faltas que não tenham sido comunicadas com antecipaça

Ainda na mesma conferência de Imprensa, Paulo Rangel afirmou que “A direcção parlamentar do PSD não validará as justificações das faltas dos deputados por trabalho político ou outro motivo antecipável que não tenham sido previamente comunicadas”.

Paulo Rangel anunciou também que



“a Comissão Política Nacional do PSD será informada de todas as situações ocorridas, quer daquelas que estão justificadas quer daquelas que não estão justificadas, mas isso só é possível no culminar deste processo, com o despacho final do presidente da Assembleia sobre cada situação”.

Quanto à não validação das justificações que pudessem ser antecipadas, Paulo Rangel disse que essa decisão resulta de uma “aplicação estrita do regulamento interno” do grupo parlamentar do PSD, que será feita no caso das faltas à reunião plenária de sexta-feira e vai passar a ser feita no futuro.

“A comunicação antecipada é uma das exigências que se faz às pessoas que estão em trabalho político. É um trabalho previsível, por via de regra, e portanto se não houver comunicação antecipada considerar-se-á que essa falta não será validada. Até agora havia alguma flexibilidade com essas situações”, declarou.

Em concreto quanto às faltas da passada sexta-feira, o líder parlamentar do PSD começou por dizer que a direcção parlamentar vai “analisar caso a caso as justificações dadas”, validando aquelas “que entender que são pertinentes”.

Contudo, mesmo em casos com “uma razão pertinente”, a justificação da falta poderá não ser validada, acrescentou em seguida Paulo Rangel.

“A simples circunstância de não termos sido avisados previamente e não nos permitir fazer o tal controlo do número que teríamos, esse simples facto para nós é suficiente para considerarmos que a falta não está justificada. E para o futuro haverá isso também”, adiantou o líder parlamentar do PSD.

“Porque nós temos uma regra e que antecipadamente devemos ser informados disso e de facto não fomos. Mesmo que haja um motivo pertinente, se o motivo for daqueles que era antecipável entendemos que o esclarecimento deveria ter sido dado antecipadamente, é isso que diz o nosso regulamento interno”, justificou.

Segundo o líder parlamentar do PSD, “até agora havia uma aplicação flexível” do regulamento interno e vai

passar a ser feita “uma aplicação estrita no sentido no fundo de dar também aqui um sinal de prevenção para outras situações”.

“Basicamente isso traduz-se em que a apreciação dos motivos – fora os casos de doença súbita ou força maior – é feita antecipadamente”, reforçou.

Nos casos das justificações de faltas de deputados do PSD à reunião plenária de terça-feira não validadas pela direcção parlamentar, “será responsabilidade da Assembleia considerar os argumentos dados pelos deputados em causa”, referiu Rangel.

Sobre a comunicação à Comissão Política do PSD, Paulo Rangel considerou que “isso deve ser visto no plano institucional como uma coisa normal”.

“Eu tenho assento na Comissão Política Nacional e na Comissão Permanente e portanto no diálogo entre Comissão Política e o grupo parlamentar há sempre uma informação, um reporte da actividade parlamentar e das suas vicissitudes à Comissão Política e à Comissão Permanente. Não há aí nada de anómalo, de anormal, de extraordinário”, disse.

### Sócrates fica na História como o primeiro-ministro “que levou Portugal à recessão”

O PSD defendeu que José Sócrates “vai ficar na história” como o primeiro-ministro “que levou o país à recessão”, o que o PS contestou dizendo que Sócrates “tirou a recessão do país”.

Na sequência de uma declaração política do CDS-PP, o deputado do PSD Hugo Velosa defendeu que, “independentemente da situação internacional, o Governo é responsável pela crise em que vivemos” por ter promovido “políticas económicas erradas”, deixando o país impreparado.

“O engenheiro Sócrates, como primeiro-ministro, vai ficar na história por ser o primeiro-ministro de um Governo que levou o país à recessão. Também vai ficar na história porque essa recessão vai ser cada vez pior”, declarou Hugo Velosa.

Também a restante Oposição seguiu a ilha do PSD. Assim, o líder

parlamentar do CDS-PP, Diogo Feio, resumiu a situação económica do país dizendo que “Portugal não cresce, antes decresce” e que “o Governo está completamente desorientado”, tendo passado por várias fases: “euforia, delírio, negação da realidade, precipitação e desorientação”.

Por sua vez, o deputado do PCP Honório Novo considerou que “o país pode estar a entrar em recessão económica” e que durante o debate do Orçamento do Estado para 2009 “o Governo perdeu uma oportunidade para aprovar medidas que efectivamente combatassem a crise”.

### INE apresenta números “horrríveis” para a economia Portuguesa

O PSD considerou “horrríveis” os números do INE segundo os quais a economia portuguesa decresceu 0,1 por cento no terceiro trimestre e defendeu que o Governo deveria advertir que 2009 “vai ser muito difícil”.

O Instituto Nacional de Estatística (INE) divulgou hoje as suas contas nacionais trimestrais, segundo as quais a economia portuguesa decresceu 0,1 por cento no terceiro trimestre deste ano face aos três meses anteriores, arriscando entrar em recessão técnica.

Portugal entrará em recessão técnica se a economia voltar a registar um crescimento negativo no quarto trimestre deste ano.

“Os números são horrríveis, são muito graves para o país”, declarou o deputado do PSD Hugo Velosa aos jornalistas, no Parlamento, assinalando que “os resultados são piores do que a estimativa feita há cerca de um mês pelo próprio INE”.

Hugo Velosa sublinhou que o PSD não utilizará “a ideia de haver uma recessão – como tudo leva a crer – como arma política”.

“Gostávamos que o Governo dissesse toda a realidade da situação do país. No quarto trimestre tudo poderá ser ainda pior, o próximo ano deverá ser ainda pior”, acrescentou o vice-presidente do grupo parlamentar do PSD.

“Os Governos têm de dar a verdade sobre a situação do país”, reforçou, defendendo que o Governo deve assumir que “a situação é muito difícil, que o próximo ano vai ser muito difícil para todos os portugueses”.

O social-democrata assinalou “a descida das exportações e do investimento” e considerou que “esperam-se feitos muito graves no emprego, na economia, nas empresas, mais falências”.

“Não é traçar um quadro negro, é traçar um quadro realista”, declarou Hugo Velosa, sustentando que a actual situação em parte resulta de “efeitos da crise internacional, mas há também efeitos da política nacional seguida nos últimos anos”. – Fontes: Gab. Imp. GP/PSD; Lusa; Diário Económico e Semanário Económico



## Intervenção do Sr. Deputado LUÍS RODRIGUES

(Grupo Parlamentar do PSD)

Apreciação Parlamentar n.º 94/X/4 do Decreto-Lei n.º 188/2008, de 23 de Setembro

**“Altera as bases da concessão de direito de exploração, em regime de serviço público, do terminal de contentores nas instalações portuárias de Alcântara Sul, aprovadas pelo DL n.º 287/84, de 23 de Agosto”**

Reunião plenária de 03-12-2008)

Sr. Presidente

Sr.ªs e Srs. Deputados

Em Abril, sem qualquer estudo, sem apresentar qualquer justificação, o Sr. Primeiro Ministro anunciou o acordo com a Liscont que permitia prorrogar o prazo da concessão por mais 27 anos e triplicar a capacidade de contentorização em Alcântara.

A partir desta data o Primeiro Ministro comprometeu o Estado Português num negócio que pode ser ruinoso para os cofres públicos.

Sem estudos, o Governo assumiu em nome de empresas como a Administração do Porto de Lisboa e a REFER compromissos que o Primeiro Ministro ainda agora não sabe se o Estado pode cumprir.

Três coisas já sabemos.

1.º Se o Estado não cumprir aquilo que ainda não sabe se pode fazer, o concessionário terá sempre direito a indemnizações.

2.º Se o negócio não atingir determinados valores as isenções de taxas para o concessionário já estão definidas, ou seja até o risco empresarial é do Estado.

3.º Também já sabemos que este negócio em que só sai beneficiada a empresa foi feito sem qualquer concurso.

Acabar com este escândalo político é o desafio que se coloca hoje à Assembleia da República, principalmente aos Deputados do Partido Socialista.

Sr.ªs e Srs. Deputados

Em Setembro, na Apreciação Parlamentar da criação da Empresa Frente Tejo, afirmei neste plenário que a prioridade do Governo na chamada revitalização da frente ribeirinha de Lisboa era a ampliação da carga de contentores em Alcântara.

Infelizmente os factos vieram confirmar as minhas suspeitas.

Estamos a chegar ao fim de 2008 e a única revitalização que está assumida é o muro dos contentores, com a conivência do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa.

A pressa desmedida em resolver este assunto, antes que seja tarde demais, veio reforçar a falta de respeito do Governo perante a Assembleia da República e perante os próprios Deputados do PS.

Depois do PSD entregar a 10 de Outubro o pedido de Apreciação Parlamentar que hoje estamos a debater, e após um movimento de cidadãos anunciar que iria avançar com uma Petição para também exigir que fosse revogada a intenção de ampliar o terminal e de prorrogar o prazo de concessão, a Administração do Porto de Lisboa, obedecendo às orientações do Ministério das Obras Públicas assina o contrato literalmente às escondidas, com a intenção de criar o facto consumado.

O Governo nessa data já sabia qual a decisão da Assembleia da República?

O Governo mediu as consequências para o Estado se o Parlamento hoje decidir revogar o DL n.º 188/2008?

O Governo sabia que ao assinar o contrato com o concessionário sem saber qual a decisão da Assembleia da República estava a esvaziar o papel dos Deputados, principalmente os do PS?

O Governo acha, de antemão, que o debate no Parlamento não serve literalmente para nada pela imposição da obediência aos Deputados da maioria?

Sr. Presidente

A falta de respeito do Governo para com a Assembleia da República e para com os cidadãos, não tem desculpa é muito grave para a democracia.



Mas a falta de respeito não fica por aqui.

Em Junho o PSD apresentou ao Ministro das Finanças um requerimento solicitando as justificações de ordem política, económica e técnica que levaram o Governo a proceder à renegociação do contrato com a concessionária sem concurso público, bem como os fundamentos legais para afastar esse mesmo concurso. Também se pedia o envio do memorandum assinado com a concessionária em Abril.

Passados 6 meses o Governo ainda não se dignou enviar a resposta ao Parlamento.

Após saber-se através da comunicação social que o contrato poderia ter sido assinado a 28 de Outubro, o PSD envia novo requerimento ao Ministro das Obras Públicas em 31 de Outubro solicitando cópia do mesmo.

Hoje estamos a debater este assunto e o contrato que lhe dá forma também não é do conhecimento da Assembleia da República.

Sr.s Ministros como sabem esta informação está à distância de um click, mas se calhar os “Magalhães” dos Sr.s Ministros das Finanças e das Obras Públicas têm qualquer avaria ou são incompatíveis com a ligação democrática ao Parlamento.

Ainda quanto ao contrato, como é que é possível a APL assumir com a concessionária compromissos de centenas de milhões de euros em nome da REFER e esta não o assina?

Sr. Presidente

A inexistência de concurso nesta concessão é um atentado ao interesse público e à transparência na gestão do dinheiro e do património do Estado.

Como é possível o Governo aprovar um Código da Contratação Pública com pompa e circunstância e na primeira oportunidade fazer tábua rasa do mesmo?

Como é possível que, depois do relatório do Tribunal de Contas de 2007 sobre a APL referir que as concessões portuárias por mais de 30 anos são contrárias aos benefícios da livre concorrência, não se vislumbrando qualquer benefício para o serviço público, o Governo corra a aprovar uma concessão com um prazo total de 57 anos?

Sr. Presidente

A urgência na tomada de decisão do Governo também não se entende, pois a capacidade de contentorização dos portos nacionais está longe de se esgotar, como sabe o Governo.

O Porto de Lisboa, tal como refere o Tribunal de Contas, tem também ele uma capacidade excedentária, para não falar de Setúbal e de Sines.

Sabe o Governo e sabemos nós que temos seis anos até 2014 para estudar e decidir o que queremos fazer da capacidade de contentorização do Porto de Lisboa e do Terminal de Alcântara em particular.

Sabe o Governo que Alcântara é uma solução que nasceu provisória e que mesmo com esta ampliação não é uma solução de futuro e definitiva.

Sabe o Governo que gastar cerca de 500 milhões de euros numa ampliação provisória é desbaratar o dinheiro dos contribuintes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados

Será que se consegue descortinar a razão da realização urgente deste negócio entre o Governo e o concessionário, sendo este último o único a lucrar?

O PSD defende a manutenção das Gares Marítimas de Alcântara e do Cais da Rocha de Conde de Óbidos para uso dos cidadãos, exige a realização de concurso público e exige que o Governo coloque em discussão pública as soluções para a frente ribeirinha de Alcântara e para a expansão do Porto de Lisboa.

O PSD considera que este processo não é transparente e entende que se o DL n.º 188/2008 não for revogado o interesse público não está a ser defendido e todos os prejuízos actuais e futuros são da responsabilidade do Partido Socialista.

Um projecto com este impacto tem de ser feito com os cidadãos e não contra eles.

Sr. Presidente

Para terminar:

“Começam por pôr tapumes e quando os transeuntes acordam e os tapumes são retirados, o Tejo deixa de se ver, oculto pelas construções ou pelos contentores, agora já de três andares. Uma vergonha que só pode resultar de amplas negociações...!”

Excerto de artigo de opinião de Mário Soares, 21 de Outubro de 2008.





## DECLARAÇÃO POLÍTICA DO DEPUTADO MENDES BOTA, A PROPÓSITO DO 60º ANIVERSÁRIO DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

Plenário da Assembleia da República  
10 de Dezembro de 2008

Sr. Presidente  
Senhoras e Senhores Deputados

Elizabete. Dois tiros no peito. Assassinada pelo ex-marido há dois dias, em Paço de Arcos. Elizabete. Simplesmente a 46ª vítima mortal deste ano que finda, desta guerra civil que nos dilacera. Desta violência que nos consome enquanto povo, e se abate sobre as mulheres deste país. A 46ª vítima desta infracção extrema ao elenco de direitos elementares, assentes no respeito pela dignidade da pessoa humana, esse princípio fundamental do Estado de Direito que dizemos ser, e de que fala o artigo primeiro da Constituição.

O direito de Elizabete à vida, o direito à sua dignidade e à sua integridade física, não era uma abstracção da realidade, a pairar no vazio de uma sociedade entorpecida. À luz do artigo 24º da Constituição, esse direito era um bem irrepetível, insubstituível. Era irredutível, mas foi reduzido a nada com dois tiros.

E, esta casa parlamentar, sede do direito originário expresso num texto constitucional assente numa leitura universalista dos direitos fundamentais, não se pode consentir sem revolta, sem sobresalto e sem protesto, a parentalidade de uma Constituição de letras mortas.

Neste dia em que se celebra o 60º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, há que ter a coragem de resistir aos apelos mais imediatos da agenda política caseira. Aos pontos mais mediáticos do combate político da actualidade. Poder-se-ia falar com oportunidade da crise económica e financeira que a todos preocupa. Discutir a recessão e a estagnação. Aгуçar a dialéctica governo-oposição. Trazer à mesa do debate, a carne do porco e do vitelo. Os apoios à banca. Os investimentos públicos. A dioxina política que envenena o terminal de contentores de Alcântara.

Poderemos sempre discutir onde, em Portugal, acaba a democracia formal e se cumpre a democracia material. Poderemos percorrer os trinta artigos de uma Declaração Universal que fala de Direitos Humanos traduzidos em 250 línguas, e perguntarmo-nos se estaremos a falar a mesma linguagem.

Seremos mesmo todos livres e iguais? Poder-se-á chamar Justiça a isto? É este o sistema educativo que queremos? Teremos racismo e xenofobia dentro de nós, e nem nos apercebemos? Discriminamos as mulheres e escarnecemos da igualdade de oportunidades? Trataremos os menores e os idosos à altura desta Carta Fundamental? E os prisioneiros? E os emigrantes e as minorias étnicas? Poderemos consentir que mulheres e adolescentes continuem, no nosso território, a ser engajadas pelas máfias nacionais e internacionais da escravatura sexual, vítimas de tortura e outros tratamentos degradantes? Estaremos a perder o nosso direito à Segurança? Dar-nos-emos conta dos milhares de crianças e de jovens em Portugal, vítimas de maus-tratos físicos e psicológicos, violações e abusos sexuais?

Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados

Neste dia, de hoje, de aqui e de agora, o PSD deseja assinalar mais um aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, focando duas das infracções mais graves que caracterizam o Portugal contemporâneo: a pobreza, e a violência contra as mulheres.



Em Portugal, a pobreza é uma violência que alastra, e a violência contra as mulheres é uma demonstração da pobreza de espírito da nossa mentalidade colectiva.

O Artigo 25º da Declaração Universal, o tal que declara o direito de todos a um nível de vida adequado, na saúde e no bem-estar, caminha em sentido oposto em Portugal. Dois milhões vivem abaixo do limiar da pobreza, com menos de 360 Euros mensais. Mas sem as pensões e os subsídios sociais, a taxa de pobreza cobriria 40% da população, afectando em primeira linha os desempregados, os idosos e as famílias numerosas.

A média de uma mulher abatida por semana, às mãos de maridos, companheiros, namorados, ex-maridos, ex-companheiros e ex-namorados, é um triste recorde que só nos deve impulsionar para agir com mais força, contra esta inaceitável violação dos Direitos Humanos.

Em 2008, até à presente data, as queixas registadas de violência contra as mulheres, cresceram cerca de 32% comparativamente ao ano passado.

Talvez haja mais sensibilização da sociedade para a denúncia,

E, precisamente porque cerca de 90% das vítimas são mulheres, e 90% dos agressores são homens, é aos homens de Portugal que apelo a um maior envolvimento neste combate por uma boa causa.

Porque acredito que a esmagadora maioria dos homens portugueses são eticamente responsáveis, e não praticam este tipo de práticas condenáveis.

Porque acredito que ninguém melhor do que os homens para educar outros homens na condenação de uma sociedade paternalista que ainda subsiste na base de uma relação desigual entre homens e mulheres, onde a mulher é subalternizada em casa, na profissão e na relação social.

Porque acredito que esta mudança de mentalidades da sociedade presente, será muito mais rápida e eficaz com um empenhamento dos homens que, ainda hoje, assumem a esmagadora maioria das posições de liderança e de decisão em todos os níveis. Para nós, parlamentares, também. Criemos um grupo de homens parlamentares prontos para combater a violência contra as mulheres, à semelhança de outros países. Repito aqui, o convite que vos fiz há um ano atrás, e que quase ficou sem resposta.

Pugnemos por uma Convenção de Combate às Formas Mais Frequentes de Violência Contra as Mulheres, no quadro da grande Europa, do Atlântico aos Urais.

Apelo aos homens bem formados do meu país, a que se posicionem perante esta nova linha de fronteira. De um lado, estão aqueles que não se importam com as suas mães, esposas, filhas, amigas, colegas ou vizinhas, vítimas de violência de género.

Do outro lado estão aqueles que consideram inaceitável esta violação grosseira dos Direitos Humanos. É aí que nos devemos posicionar, cidadãos de corpo inteiro, partilhando emoções e responsabilidades, por uma sociedade mais equilibrada. Só assim, fará sentido esta evocação, esta reverência, e esta congratulação por mais um aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos.



## INTERVENÇÃO DA DEPUTADA MARIA OFÉLIA MOLEIRO

5 de Dezembro de 2008

Proposta de Lei n.º 232/X

Estabelece a transferência de atribuições para os municípios do continente em matéria de constituição e funcionamento dos gabinetes técnicos florestais, bem como outras no domínio da prevenção e da defesa da floresta

Senhor Presidente  
Senhoras e Senhores Deputados

A história da segunda metade do século XX e princípio do século XXI, da floresta portuguesa é feita de abandonos, desertificação, desordenamento territorial e de espécies, de desvalorização económica.

Durante anos, uma parte importante do território sucumbiu às chamas dos incêndios, que, Verão após Verão, aumentavam de dimensão e intensidade.

E tudo isto se passava perante a inépcia ou indiferença dos poderes políticos.

Foram precisas duas calamidades nacionais, em 2003 e 2005, para iniciar uma luta de prevenção e combate dos fogos florestais, assumida por todos os protagonistas e agentes, desde os cidadãos aos Governos.

Os Partidos políticos superaram as lutas ideológicas no Parlamento e assumiram esta causa como desígnio nacional.

A Floresta voltou a ser encarada como:

- Fonte de bem-estar – espaço de lazer;
- Fonte de vida (pela sua biodiversidade); e
- Fonte de riqueza (pelo valor económico do seu espaço e produtos).

A própria União Europeia considera que as florestas têm benefícios múltiplos para a sociedade moderna que são cada vez mais apreciados pelos cidadãos, sendo necessário uma abordagem mais dinâmica da gestão das florestas europeias.

O património florestal tem de ser duradouro, atractivo e mais produtivo.

Os proprietários têm de ser consciencializados para a adopção de medidas de gestão racional e profissional.

Deve ser mobilizado o esforço colectivo, em torno da preservação e melhoria da mancha florestal dos concelhos, revitalizando e fortalecendo o interesse das populações pela Floresta.

Para isso é preciso:

- Criar acessibilidades;
- Criar reservas de água no seu interior;



- Preservar as manchas agrícolas;
- Transmitir conhecimento para rentabilizar os processos de gestão e de exploração florestal.

Tudo isto, para incrementar a valorização económica da floresta e o interesse dos proprietários.

É evidente que, para que estes façam uma gestão activa da floresta, como de qualquer outro recurso, terão de esperar um retorno do Investimento.

O desenvolvimento é um fenómeno eminentemente regional.

Em Portugal, o desenvolvimento regional faz-se através dos Municípios e das suas Associações.

São eles que conseguem aplicar mais eficaz e eficientemente os mecanismos políticos.

Nos últimos anos, verificou-se um esforço nacional de implementação de uma política integrada para a Floresta, para a qual a Assembleia da República deu importantes contributos:

- Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios;

- Planos Regionais de Ordenamento Florestal;
- Planos Municipais de Defesa da Floresta;
- Comissões Regionais de Deflorestação.

As Comissões Municipais de Defesa da Floresta, criadas em 2004, previam o apoio de Gabinetes Técnicos Florestais.

É a criação destes Gabinetes, nos Municípios, que o Governo hoje, aqui propõe, no Quadro de Transferência de atribuições.

Quem melhor do que os Municípios poderá concretizar no terreno estas competências?

Isso mesmo recomendou a Assembleia da República ao Governo no seu Relatório aprovado em 2007.

No entanto, é necessário uma transferência criteriosa e transparente dos meios financeiros para que as autarquias suportem os custos destas novas atribuições e competências.

Portanto,  
Senhor Presidente  
Senhoras e Senhores Deputados  
Esta Proposta do Governo só peca por tardia.

Espera o PSD que outras medidas, porque igualmente imprescindíveis, venham a ser tomadas.

Refiro-me ao Cadastro da Propriedade Rústica, objecto de propostas, decisão do Conselho de Ministros, Requerimentos do PSD.

Onde pára do Cadastro?

## Intervenção Deputado Mário Patinha Antão

A.R., 10 de Dezembro de 2009

Senhor Presidente  
Senhores Deputados

Defendi nesta Câmara em Julho que o PSD devia apresentar uma estratégia económica e orçamental alternativa por ocasião do debate do Orçamento de Estado para 2009.

Não foi esse o caminho escolhido.

Senti-me na obrigação de ser consequente.

Aqui estou pois a apresentar uma proposta sobre tal alternativa.

Creio que o tempo me veio dar razão.







O Governo fez aprovar um Orçamento fora da realidade.

Insistiu num cenário macro económico que o agudizar da actual crise inutilizou.

Propôs-se combatê-la, apoiando pouco e mal, as empresas e as famílias mais afectadas.

Insistiu na ficção de um défice orçamental de 2,2% para o próximo ano quando todas as previsões já o colocavam à volta de 3%.

E garantiu que manteria a sua estratégia económica para o futuro, quando o seu fracasso se torna evidente no presente.

“Os Portugueses querem mudança e esperam do PSD um plano geral, realista e inspirador” diz-se na Imprensa.

Que pena que o PSD não esteja agora a afirmar a sua alternativa.

Aqui estou eu, com a minha proposta e a fragilidade que tem qualquer esforço pessoal.

Que tenha alguma sintonia com os anseios dos Portugueses e já servirá para alguma coisa.

Há, pelo menos uma coisa, para que serve.

Para não deixar resposta uma queixa, recorrente, do ministro dos Assuntos Parlamentares.

Volta e meia o ministro, com indistigável gozo, queixa-se de que a Oposição não apresenta propostas.

Pois, desta vez que tem uma proposta, queixar-se-á de quê?

De que não têm qualidade?

Senhor Presidente  
Senhores Deputados

Vejamos se assim é.

Esta proposta contém 13 medidas para minorar os impactos da crise nas empresas e nas famílias mais afectadas.

Cinco medidas para relançar o crescimento da economia, com mais produtividade, emprego e competitividade externa.

E seis medidas para congelar a Despesa Corrente Primária e eliminar os desperdícios nos seus gastos.



Estão apresentadas e justificadas nesta “pen” que peço à Exma. Mesa que distribua pelos grupos parlamentares.

Senhor Presidente  
Senhores Deputados

Para apoiar as empresas na presente crise e relançar a economia, as três medidas mais importantes que proponho são:

Revitalização da Reabilitação Urbana, com um Polis Social, e o dobro do investimento em obras públicas municipais, inscritas no PIDDAC.

Impacto Orçamental: Mais 350 M€ de despesa de investimento

Redução para 20% da taxa de IRC para as PME que apresentem ganhos importantes de produtividade e de crescimento no exterior.

Impacto Orçamental: Menos 70 M€ em receita de IRC

Majoração dos incentivos fiscais aos investimentos, ao crescimento no exterior, e em I&D pólos de competitividade

Impacto Orçamental: Mais 20 M€ de despesa fiscal.

Senhor Presidente  
Senhores Deputados

Para apoiar as famílias mais afectadas pela crise, as duas medidas mais importantes que proponho são:

Redução em 10% da colecta dos quatro primeiros escalões de IRS.

Impacto orçamental: Menos 470 M€ de receita em IRS

Criação de um Fundo de Solidariedade para apoiar os antigos e

os novos pobres.

Impacto orçamental: Mais 100 M€ de despesa

Senhor Presidente  
Senhores Deputados

Proponho, por último um novo enfoque na qualidade e contenção da Despesa, com duas grandes medidas, para financiar as medidas expansionistas anteriores.

O congelamento da Despesa Corrente Primária ao valor nominal de 2008.

Isso permitirá poupanças anuais que atingirão 2.600 M€ em 2012.

E o combate sem quartel ao desperdício, Ministério a Ministério.

Isso permitirá poupar, logo em 2009, 700 M€, metade no Ministério da Saúde.

Senhor Presidente  
Senhores Deputados

Esta é uma alternativa exequível e melhor do que a do Governo.

Porque permite mais crescimento da economia e do emprego.

E porque permite uma melhor trajectória de consolidação orçamental em relação ao défice estrutural e à dívida pública.

Ela não é um fim em si.

Apenas pretende ser o início de um caminho de debate sobre como devemos enfrentar as dificuldades de hoje para termos amanhã um melhor futuro.

Na Democracia do século XXI não há políticos iluminados a quem os cidadãos possam entregar o destino do País.

Como disse Sá Carneiro nesta Câmara em 17 de Janeiro de 1980 no encerramento do debate sobre o Programa do VI Governo:

“Em democracia tudo deve ser simples e relativo e nada deve ser encarado sem o sentido da proporção e sem um mínimo de sentido de humor. Mas nada pode ser encarado e sobretudo resolvido sem o sentido da realidade”

Disse.

# Sócrates derrama milhões sobre alguns. É a crise? Mas também é o ano eleitoral!

J. Pacheco Pereira (\*)

De repente, após anos de vacas magras, parece que uma cornucópia celeste derrama milhões sobre alguns. É a “crise”? É a “crise”, mas não é só a crise, é o ano eleitoral, são as eleições. Os milhões que amparam a banca, a indústria automóvel, as pequenas e médias empresas, o imenso programa de investimento público em “betão”, e benesses vastas e variadas, têm uma função no contexto da “crise”, mas servem os objectivos eleitorais do PS a curto prazo. Mas não só: servem também um projecto de controlo estatal da economia privada, que ameaça diminuir os poucos espaços de autonomia da sociedade civil que ainda sobrevivem. Este último aspecto é muito preocupante e disfarça-se por detrás de uma retórica entre o marxista e o keynesiano, que é instrumental apenas para objectivos políticos precisos: *dar ao governo mais controle sobre a sociedade, reforçar o poder político de José Sócrates.*

O Primeiro-ministro deve estar satisfeito porque *todos lhe vão, como os passarinhos, comer à mão.* Quem é o banqueiro que vai desperdiçar os avals do estado, mesmo que não precise deles? Quem protesta contra “nacionalizações”, que parecem rodeadas de todas as melhores intenções do mundo e ainda por cima “justificadas” pelas fraudes da ganância? Quem quer ficar de fora de linhas de crédito tão generosas, mesmo que seja para aumentar o endividamento? Quem não quer investimento público que canalize dinheiro para a galáxia da construção civil, mesmo que seja para construir inutilidades ou obras pouco prioritárias? Que grupo económico ou empresário vai nestes tempos dizer ao Primeiro-ministro “não obrigada”, o país precisa de outra política? O resultado é que tudo lá está na entourage das sessões de propaganda do Primeiro-ministro, quando ele promete mais uns milhões, ou inaugura uma maquete de hospital.

O pobre devia desconfiar da grande esmola, mas o pobre tem os olhos e os ouvidos cheios de “crise” e de ameaças. Sabe melhor do que ninguém que o seu emprego está em risco, sabe que deve mais do que devia, sabe que as dificuldades aumentam dia a dia. Na rádio e na televisão a regra é uma comunicação social complacente com o governo quando não abertamente propagandística, temperada por muito futebol, concursos e reality shows. E o pobre acaba também por achar que mesmo que deva desconfiar da largueza da esmola, vale mais pouco do que nada, e no fundo, com a “crise” não há nada a fazer.

A factura virá depois, depois de 2009, para os pobres e para os empresários que povoam os gabinetes ministeriais. Os primeiros ficarão mais pobres, os segundos, se pensam ter veleidades de independência com um eventual governo PS, tirem daí os pensamentos. – (\*) *Professor Universitário, escritor, comentarista político © jpp*



# «Derrotar Sócrates» e «Como ganhar as eleições ...»

Alberto João Jardim (\*)

Não sei quem meteu na cabeça de várias pessoas, ser quase impossível derrotar Sócrates nas próximas eleições.

Ou melhor, se calhar sei. Por um lado, a “propaganda” montada através de um forte controlo da comunicação dita “social”, bem como de um sector, manipulável também em técnicas de propaganda, as “sondagens”.

Por outro lado, o trágico espírito conformista dos Portugueses, a roçar o masoquismo.

E, ainda, a patetice de vários militantes sociais-democratas, voltados para os umbigos internos, gente que, embora filiada partidariamente ou até com funções dirigentes a diversos escalões, na minha opinião nada têm a ver com o Povo que gostaria de votar social-democrata. Tragédia de todos os Partidos democráticos, que não apenas do PSD.

Mas que, no acautelar dos seus “interesses” e das capelas e padrinhos a que se abrigam, boicotam qualquer solução vencedora.



Claro que estando aqui o “calcanhar de Aquiles” do PSD, que hoje vai ao ponto de ser condicionado exteriormente, principalmente pela comunicação “social” da Situação, tal não deixará de ser explorado “até à medula” pelos poderes da mais diversa natureza que pagam e controlam a máquina de manipulação da Opinião

Pública. Incluso o próprio Estado partidariamente instrumentalizado, para este efeito com o dinheiro dos contribuintes.

Sá Carneiro ganhou eleições contra a comunicação “social”.

Cavaco Silva desenvolveu o País, mesmo contra a dita.

E, na minha pobre dimensão, já

estou aqui há trinta anos, apesar das hostilidades.

Logo, esse temor da comunicação “social” e dos “interesses” que a comandam, não passa de uma reverência de debilidade a um simples mito.

Tanto quanto aprendi na minha especialização militar de Acção Psicológica, a “social” é uma coisa que se combate, especialmente através da DENÚNCIA e de uma contra-informação inteligente. Se não, somos cilindrados pelos seus objectivos, que não são objectivos.

Por outro lado, não se pode esquecer, antes pelo contrário é preciso priorizar no debate, todas as promessas que Sócrates fez aos Portugueses e não foram cumpridas.

É preciso priorizar o retomar da análise que envolve o seu comportamento nestes anos, nomeadamente os “quid pro quo” em que andou baralhado, bem como a utilização do Estado para satisfazer os seus “ódios de estimação”.

Reassumir a reprovação do sentir



nacional perante o confundir “reforma do Estado” – que, afinal, nem sequer foi feita – com os ataques às mais diversas classes profissionais, que merecem o respeito do País, e até, nalguns casos concretos, inadmissivelmente personalizados a quem se lhe opôs aos mais diversos níveis.

Colocar os Portugueses, com argumentos sérios e palpáveis, na percepção do estado a que chegaram a Economia e o Emprego, matérias que nada têm a ver com a crise financeira internacional dos últimos tempos.

Suscitar a confiança dos Portugueses para as mudanças imprescindíveis que se impõem nos domínios da Justiça, da Educação, da Administração Pública, da Cultura, da Segurança e da necessidade democrática do pluralismo na formação da Opinião Pública.

Derrota-se Sócrates, explicando aos Portugueses, sem subterfúgio e sem eleitoralismo, a situação em que estamos, em termos, sobretudo futuros, de Segurança Social e respectivos Direitos adquiridos.

Comprometendo-nos seriamente com os Portugueses, quanto às infra-estruturas que são prioritárias concretizar em termos de relançar a nossa qualidade de vida em conexão a uma União Europeia onde Sócrates nos fez retroceder, e dizendo com sinceridade honrada o que não se poderá fazer nos próximos quatro anos.

Priorizando a sobrevivência das Pequenas e Médias Empresas, no estado em que se encontram, incluso com medidas que regulem o Grande Capital tão socialistamente satisfeito.

Não é preciso mais...

Até porque mais, corre o risco de mergulhar no baratucho eleitoralista que trouxe os Portugueses à Situação em que nos encontramos.

Talvez, em relação aos antecedentes, nunca, depois das eleições para a Assembleia Constituinte, em 1975, a pugna do sufrágio venha a ser tão decisiva para os próximos anos portugueses e suas incidências no futuro.

Pelo que não pode haver fraquezas, nem erros.

Não pode haver medo, incluso seja perante o que, com força e erradamente institucionalizado haja por aí.

Não pode haver indisciplina nas fileiras.

Há quem fale de “mudança” mas, atenção, os respectivos “interesses” não mexerão um dedo para conseguí-la.

Mais vale menos, mas sinceros, bons e operacionais - em Democracia, “operacional” é sinónimo de inteligível com confiança – do que um grande molho incaracterístico, recheado de “notáveis” em quem nem sequer a respectiva Empregada Doméstica neles vota, para não arriscar previsões sobre o voto dos familiares.

Será duro, sim senhor.



O adversário ganhou um poder assustador, através de processos desleixadamente consentidos, mas inqualificáveis. Muitos socialistas vão fazer “vale tudo”, para defender os “tachos” chorudos que perderão se Sócrates for derrotado.

A Pátria vale o sacrifício pessoal.

Como ganhar as eleições e cumprir

É óbvio que estou de acordo com a orientação da Direcção nacional do Partido Social-Democrata, quando propõe:

- que o esforço financeiro do Estado não seja prioritariamente para alimentar o desemprego, sem prejuízo do acudir social necessário e rigorosamente avaliado, mas antes aposte na criação de Emprego e na sustentação das Pequenas e Médias Empresas;

- que o esforço imprescindível de Investimento – defendido pelo PSD, mas posição distorcida pela “propaganda” junto da Opinião Pública – vá prioritariamente para as áreas em que a população carece ainda das infra-estruturas que a aproximem de uma qualidade de vida europeia, e não para megalomanias sobre as quais é desconhecida a relação custos-benefícios.

- que o aumento da receita do Estado não se cinja à carga fiscal, no meu entender actualmente insuportável, mas obtenha meios, através da redução da despesa, na máquina anacrónica e excessivamente burocratizada e crescente do Estado que temos.

Só que tudo isto não basta.

Está na altura de todas as Organizações Democráticas ganharem a coragem para, sem partidarismos, birras e preconceitos ideológicos,

assumir as decisões que ponham Portugal a funcionar.

A começar pela próxima revisão constitucional, para a qual a próxima Legislatura terá poderes, pelo que me preocupa ver as forças políticas não falar sobre esta prioridade das prioridades para um melhor Portugal futuro. Estão com medo de quê?!...

Depois, o Portugal futuro passa por uma revisão drástica e completa de toda a legislação que empata, demora, burocratiza, todas as iniciativas, públicas e privadas, que visam desenvolver o País à velocidade imprescindível.

Ainda, o futuro de Portugal passa por um novo equacionar e transformação dos moldes como funciona a Justiça. Por exemplo, lá fora, quem queira investir no nosso País, obviamente que se inteira, primeiro, de como funciona a vida e as instituições portuguesas. A análise do funcionamento da Justiça, é sempre um dos factores avaliados. E ninguém ajuda, participa, colabora, intervém ou investe, onde não tiver CONFIANÇA.

Por outro lado, até agora, em Portugal, entendeu-se que para um eficiente funcionamento do mercado laboral, era pela via de reduzir Direitos legítimos de quem trabalha. É o contrário. É pela motivação, pela consciencialização anti-demagógica e, ao mesmo tempo, anti-simplista, que o mundo laboral, sentindo-se sólido e bem informado sobre custos e rendimento da produção, de certeza se interessa no crescimento, produtividade e disciplina democrática, que sabe também em seu favor.

Depois, a formação da Opinião Pública. Ninguém tem CONFIANÇA num País que sabe manipulado pela propaganda ao sabor de vários

“interesses”, não apenas políticos, e onde a gritante falta de um generalizado pluralismo, torna arriscado tomar iniciativas que, de um momento para outro, podem ser lesadas ou destruídas por campanhas insusceptíveis de necessário contraditório livre.

Há ainda a questão da Segurança. Ninguém tem CONFIANÇA num País onde a criminalidade desembesta e onde permissividade e arbítrio são confundidos com “democracia”.

Fundamental, a Educação. Portugal bateu no fundo com o facilitismo, a ausência do culto da Responsabilidade, a omissão do valor Trabalho, a massificação da ignorância, a confusão de indisciplina com “democracia”, a hostilidade à vontade de vencer na vida com justa recompensa.

Chegados aqui, é evidente que não pode haver CONFIANÇA num espectro humano com estas características.

E também a Cultura. Em todo o mundo civilizado se a entende como uma alavanca para o Desenvolvimento. Um Povo culto merece a CONFIANÇA. Porém, em Portugal, infelizmente ainda não se considera a Cultura um investimento, mas sim uma “despesa”. Para além de que as iniciativas e actividades culturais, sobretudo as suportadas pelo contribuinte, não procuram motivar, entusiasmar e atrair a população em geral, com habilidade para lhe incutir gostos e hábitos. Pelo contrário, são rios de dinheiro gastos com pseudo-élites esquerdoídes, autêntico chulhanço, numa politização anti-cultural, logo ridícula, da Cultura, em termos que sustentam tais tipos, mas afastam a maioria esmagadora dos Portugueses.

São estas questões de fundo, apesar de tudo não assim tantas, mas envolvendo todos os Portugueses e o respectivo destino de cada um, que têm de ser encaradas e efectivamente mudadas, goste ou não goste a já inútil, conservadora e ultrapassada pseudo-“esquerda”. Ultrapassada, porque desadequada do presente e, ainda mais, do mundo que aí vem.

Em 2009, será um erro reduzir a discussão política apenas à temática económico-financeira, e em termos de não fácil inteligibilidade.

Pelo contrário, são estes os temas, todos, que têm de ser tratados com os Portugueses, numa linguagem perceptível e entusiasmante.

Porque há vontade de mudar.

Mas há, ainda, muita nebulosidade.

Quem souber se fazer compreender pelos Portugueses, nestas questões fundamentais, ganha as eleições. Mas, depois, ao contrário de Sócrates e do seu Governo, tem de cumprir. – (\*) *A.J.J. é Presidente do PSD Madeira e do Governo Regional da Madeira. Estes dois artigos, inter relacionados, são apresentados aos nossos leitores como um só texto.*

## Contra Ventos e Marés

Vasco Graça Moura (\*)

Com razão, José António Saraiva vê uma aliança objectiva entre os interesses do Partido Socialista e os designios inconfessáveis dos adversários internos de Manuela Ferreira Leite no Partido Social-Democrata, aliança a que poderíamos acrescentar as sucessivas perversões do jornalismo português a que se têm referido tão expressivamente João César das Neves e José Pacheco Pereira.

O Partido Socialista não tem qualquer interesse na existência e afirmação de uma oposição respeitada e respeitável. Tudo o que contribuir para prejudicar a imagem e a credibilidade dessa oposição, mormente quando ela provenha do único partido que tem condições para lhe disputar o poder, tem o seu apoio, o seu aplauso e o seu empenhamento. Nessas andanças, criam-se derivativos úteis, atenuam-se as tristes figuras que o Governo tem feito e as péssimas performances que tem alcançado, põe-se a crise entre parênteses, distrai-se a atenção do essencial.

O Governo está convencido de que, em tempo de vacas magras, tudo o que

sirva para fazer transformar a política num circo deprimente e anestesiar a opinião pública é a melhor coisa que lhe podia acontecer.

Por sua vez, os adversários internos que Manuela Ferreira Leite tem no PSD constituem um universo singular. A liderança de qualquer partido sempre teve tensões, oposições internas e fricções mais ou menos latentes e sensíveis. Mas o actual caso do PSD é especial e ultrapassa tudo o que é concebível na matéria.

Há no PSD um núcleo de “patriotas indefectíveis” disposto a fazer tudo para impedir que o partido leve a melhor nas eleições. Basta ouvi-los na televisão ou

na rádio durante alguns segundos, ou lê-los nos jornais ao longo de escassas linhas. É uma gente com alma de criada de servir, que só sabe dizer mal da patroa nas lojas da vizinhança. Aposta muito mais venenosamente na desagregação da imagem de Manuela Ferreira Leite e do PSD do que o próprio PS.

Está desesperada e disposta a tudo. Todas as semanas se manifesta, sob os pretextos mais idiotas e nas

formulações mais ranhosas e rasteiras. E todas as semanas dispõe de larga cobertura de uma comunicação social tão prazenteira a anunciar as suas leituras, quanto superficial e leviana a passar à margem do que é realmente importante ou a analisar o fundo das questões.

É certo que, no PSD, houve sempre uma tendência à formação de núcleos de contestação do poder internamente constituído, mas isso não diminuiu a força do partido ao longo das décadas. A contenção eficaz dos adversários internos até acabou por contribuir muitas vezes para o fortalecimento da posição do próprio líder nos momentos decisivos. Mas o certo também é que aquela contestação nunca atingiu as proporções que se verificam agora, em que a falta de escrúpulos e a vileza se dão as mãos sem olhar a meios.

Ainda no domingo passado, António Barreto observava certamente: *“Creio que não existe, na recente história política portuguesa, nenhum caso onde sejam tão frequentes a mentira e a traição. Onde a luta fratricida atinja os cumes do assassinato velhaco. Onde o maior prazer é a derrota dos amigos.*

*Onde a maior festa é a morte dos correligionários.”*

A poucos meses dos actos eleitorais, essas criaturas só pretendem a criação de um vazio em que possam, se levarem a melhor, tomar conta da elaboração das listas de candidatos. Isto já é evidente, mas vai sê-lo cada vez mais na agitação fervilhante das próximas semanas.

Nesse enjoativo cenário, Manuela Ferreira Leite tem de se aguentar, imperturbada e imperturbável, contra ventos e marés. Não só ela tem muito mais categoria do que José Sócrates & Cia., como está na linha dos líderes mais notáveis do Partido Social-Democrata, de Cavaco Silva e de Marcelo Rebelo de Sousa, de Durão Barroso e de Marques Mendes. Tem gabarito para ficar colocada à altura deles e dos desafios que Portugal enfrenta neste momento. Tem convicções, saber, competência e energia. Tem ideias e projectos. Tem, diga-se o que se disser, uma equipa competente. E dispõe de um trunfo muito importante: tem com ela todo o PSD não videirinho. – (\*) *Escritor, Deputado Europeu © DN*

Local



Notícias da Madeira

## Alberto João apela às bases para “fazerem a limpeza dos que, dentro do PSD, desejam a vitória de Sócrates”

O presidente do PSD/Madeira, Alberto João Jardim, avisou hoje que não admite que existam pessoas ao mais alto nível no partido que possam desejar a vitória de José Sócrates para defenderem os seus interesses económicos.

Alberto João Jardim apelou ainda às bases para fazerem uma limpeza desses personagens, promovendo o ressurgimento do velho PSD/PPD de Sá Carneiro e de Cavaco Silva.

“O PSD-M não admite que haja grupos ao mais alto nível dentro do PSD que querem a vitória de Sócrates para defenderem os seus interesses económicos”, disse Jardim no comício que marcou a festa de Natal do partido na Madeira.

“Eu faço, daqui, em nome do PSD/Madeira, um apelo às bases do

partido para que se livre dessa gente toda, para que afastem as personagens dos últimos anos e meses e que faça um ressurgimento do partido: o velho PPD/PSD de Sá Carneiro e de Cavaco Silva”, declarou.

Na sua opinião, “o PPD/PSD pode ganhar as eleições, o PPD pode correr com o Sócrates”.

Alberto João Jardim salientou ainda que 2009 será um ano difícil, considerando que os socialistas preparam “novas vinganças” contra a Madeira e pelo que é “vital correr com o Sócrates para o futuro dos portugueses”.

Por isso, as palavras de ordem para 2009 serão “resistir, lutar e trabalhar”, prometeu.

Alberto João sustentou que os socialistas «estão a preparar novas

vinganças ao povo madeirense e atentados à autonomia», como resposta ao facto de os índices sociais e o PIB na Região terem crescido acima da média nacional.

E referiu: «Mas não vamos apenas resistir. Vamos lutar contra eles, porque estão a destruir Portugal e a lançar a desgraça nas famílias portuguesas». E acrescentou: «É preciso correr com o Sócrates. Não apenas por causa das canalhices mas porque é vital para o futuro dos portugueses».

Por outro lado, considerou imperioso continuar a trabalhar, com responsabilidade «por ser esse o preço da nossa liberdade».

Segundo Jardim, o PS «montou um polvo, uma teia de interesses», apoiado por agências de comunicação e controlando actualmente mais de 60

por cento da economia, o que constitui «um perigo para a democracia». – **Fonte: JM<sup>a</sup>.**

**Comunicado do Conselho Regional do PSD/Madeira**

Reunido a 13 de Dezembro, no Funchal, o Conselho Regional do PSD/Madeira subscreveu as seguintes conclusões:

1. O Partido Social Democrata da Madeira/Partido da Autonomia encara a vitória da Barack Obama nos Estados Unidos – que saudamos na nossa posição atlântica – como uma esperança de melhoria global e, sobretudo, como a possibilidade de um maior respeito pelos Direitos, Liberdades e Garantias da Pessoa



Humana e dos Povos, em todo o mundo.

2. Como tal, não pode deixar de condenar os actos terroristas em qualquer parte do mundo, independentemente das razões que lhes sirvam de pretexto, as quais perdem legitimidade quando não assumem uma Resistência Pacífica e se perdem no recurso à violência.

3. A actual crise mundial é resultado da voracidade do capitalismo selvagem e da incompetência, quer de Entidades internacionais, quer das mais diversas nacionalidades.

No caso português, a crise ainda é mais aguda visto que, desde 2004, a política económico-financeira do Governo da República, incluso com medidas discriminatórias partidárias contra o Povo Madeirense e vários sectores da sociedade portuguesa, trouxe o descalabro económico-social, o desemprego, a destruição de empresas e a descolagem do País em termos comparativos com a União Europeia.

Assim, Portugal encontra-se duplamente vulnerável à crise, até porque as próprias Instituições reguladoras do mercado se revelaram de um desleixo e de uma cumplicidade política chocantes.

Por outro lado, apesar da propaganda da comunicação social “esquerdizada”, aquilo a que os socialistas chamaram de “reformas”, não o foram porque não tocaram nas questões de fundo. Saldaram-se apenas por ataques a várias profissões, entre as quais Professores, Magistrados, Trabalhadores por contra de outrem, Funcionários Públicos, Militares, Forças de Segurança, etc.

4. Este quadro, trágico para os Portugueses e sobretudo para os que parecem conformados e vencidos, obriga a uma nova atitude do PSD nacional.

Obriga os sociais-democratas a pedir ao eleitorado, um mandato para recuperar os Direitos e a Qualidade de Vida dos Portugueses, mesmo contra a comunicação social e a propaganda através de sondagens, cuja denúncia e combate são inadiváveis.

Mas, pedir este mandato, significa fundamentar uma Alternativa e uma Esperança, que o PSD, se internamente quiser, pode representar para os Portugueses.

O Partido Social-Democrata, no Continente, não pode estar com os seus Quadros internos, desfasados do seu eleitorado e do Povo em geral. Estes Quadros não podem continuar a olhar para o umbigo e arremetidos aos seus grupos vindos das últimas eleições internas, ainda organizados em termos de egoísmos e de vaidades pessoais que dispersam energias em lutas fratricidas.

Isto também sucede, porque estes Quadros se deixam manipular por aquele exterior do PSD que quer que Sócrates continue no poder, bem como consentem pedantismos e exibicionismos por parte de gente que tem de ser definitivamente depositada no lote dos dispensáveis.



Consentem igualmente uma proposta de deriva liberal, contrária à Social-Democracia, vinda de conhecidas personagens do “bloco central de interesses” e que, através do respectivo factótum, provoca um divisionismo em favor do sistema instalado, dos interesses vigentes, logo do poder socialista.

O PSD da Madeira desafia os seus Companheiros no Continente e nos Açores, para acabar com tudo isto e para enfrentar e ganhar aos socialistas, não deixando a alternativa de poder ou de protesto para as organizações comunistas, PCP e “bloco”.

5. Decisão dos Militantes que conta sempre com o apoio dos sociais-democratas madeirenses, estes hoje absolutamente mobilizados, na Região Autónoma, para as eleições europeias, nacionais e autárquicas de 2009, pois sempre que o PSD/Madeira vence, é o Povo Madeirense que vence e avança.

A Dignidade de cada um dos Madeirenses e dos Portossantenses não se verga às chantagens e aos roubos que os socialistas pressionam sobre nós, mesmo que estruturas sob tutela da República, no território, assumam comportamentos de forças de ocupação colonial.

6. Assim, o Plano e o Orçamento para 2009, constitucionalmente aprovados no Parlamento da Madeira, regozijam o Conselho Regional do Partido Social-Democrata, na medida em que se revelam os instrumentos de momento possíveis para enfrentar a conjuntura com CONFIANÇA.

Uma vez mais, como nos últimos trinta anos, ficou provada a completa inexistência de um modelo alternativo de desenvolvimento por parte da Oposição, limitando-se esta a propôr despesas irreprodutíveis e a redução das receitas imprescindíveis à resolução sustentada dos problemas.

O ridículo e o descrédito da Oposição local vão ao ponto de criticar

a construção das infra-estruturas que geram Emprego, apesar de, sem as mesmas, querer a resolução dos problemas sociais que se pretende atingir com tal imprescindível concretização material.

7. Mas, na situação actual e futura do País e do Mundo, o prioritário é o Parlamento da Região Autónoma da Madeira poder dispôr de mais competências legislativas, nomeadamente em termos financeiros, económicos, fiscais e de ordenamento do território, as quais permitam ao Povo Madeirense, legitimamente e com a eficácia até agora inegavelmente demonstrada, poder ir atacando os problemas que sucessivamente se vão colocando à nossa vida quotidiana.

Só assim se ultrapassarão questões sociais e estruturais, até agora resultantes dos impedimentos com que a República Portuguesa colonialmente restringe os Direitos do Povo Madeirense. Não está em causa a Unidade Nacional, mas sim um conceito de “Estado unitário”, na prática e hoje nem sequer expressão das realidades.

Assim, o Conselho Regional expressa toda a sua solidariedade às decisões tomadas pela Assembleia Legislativa da Madeira, tendo em vista a elaboração de um projecto normativo de revisão constitucional e a sua discussão e votação pelo Povo Madeirense quando das próximas eleições para a Assembleia da República.

8. Não merecendo relevância as indignidades da extrema-direita na Assembleia Legislativa da Madeira, não pode o Conselho Regional do Partido Social-Democrata deixar de denunciar publicamente a co-autoria e cumplicidade do partido socialista local em tais desmandos.

Trata-se de os socialistas, na linha política que os caracteriza desde o início do processo autonómico,

procurarem desprestigiar a Autonomia Política da Madeira, bem como as nossas legítimas pretensões para o futuro, contando para tal com o colaboracionismo de habituais meios de comunicação social, os quais merecem o desprezo do Povo Madeirense na medida em que, como agora no caso em referência, se ficam pela mentira e pela incompetência na avaliação objectiva dos factos e suas raízes.

O Conselho Regional da Madeira dá toda a concordância às medidas adoptadas pela Assembleia Legislativa e pelo seu Presidente, no sentido de, no estado de necessidade verificado, repôr o normal funcionamento das Instituições Democráticas, ante o vazio legal existente em Portugal e ante a inversão do sentido das prioridades por parte de Entidades da República. Cabendo a Estas, de uma vez por todas, repôr a Verdade ante acusações caluniosas da direcção local socialista sobre a vida democrática regional e respectivos Magistrados, a fim de, nos termos do Estado de Direito, se proceder contra os caluniadores.

9. É falso o Grupo Parlamentar do PSD não viabilizar a eleição de um Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Legislativa, pela Oposição.

O PSD pôs à disposição os votos mínimos necessários para tal eleição, desde que a Oposição acordasse num candidato.

Não tem o PSD que tomar posição no diferendo entre o Partido Socialista e o Movimento Partido da Terra, muito menos em favor dos socialistas a quem nada deve, antes pelo contrário.

Acresce ainda que foi o Partido Socialista que declarou ao Presidente da Assembleia Legislativa, não ter de negociar, implicitamente sobretudo com o Partido Social-Democrata.

Nem o PSD tem de aceitar imposições do PS, nomeadamente quando envolvem personagem

marcada pelo fascismo “gonçalvista”.

Aliás, foi nesta linha que, na Assembleia da República, os partidos ditos da pseudo-“esquerda” mantiveram a inviabilização do candidato do CDS a Vice-Presidente, então o Engenheiro Abecassis.

10. O Conselho Regional da Madeira do Partido Social Democrata, em especial apoia as reorganizações inovatórias que estão a ser adoptadas no domínio da Saúde, ciente de que tal significará melhor eficiência em benefício do Povo utente, bem como necessária redução de custos, sem prejuízo do diálogo de sempre com as Instituições representativas dos Médicos e Enfermeiros.

11. O Conselho apoia também o diálogo do Governo Regional com as Instituições que na Região Autónoma representam os Professores, igualmente ciente de que tal conduzirá ao aperfeiçoamento do sistema regional de ensino e à justiça para com os Docentes, pesem embora as limitações de que a Região ainda é alvo também neste sector, bem como a incompetência e o autoritarismo do Governo socialista da República Portuguesa.

12. O Partido Social-Democrata denuncia e protesta contra as arbitrariedades, discriminações e abusos que a Empresa TAP, sob tutela do Governo socialista, continua a lançar sobre o Povo Madeirense, ante a impotência inadmissível do Estado português.

O Conselho Regional do PSD sugere à Assembleia Legislativa da Madeira que fundamente e apresente uma queixa às Instituições da União Europeia, com base nas discriminações que se verificam.

13. Apesar da situação a que o socialistas trouxeram a República Portuguesa e das violências que impõem sobre o Povo Madeirense, o que não augura um 2009 fácil, os autonomistas sociais-democratas assumem a confiança e o propósito na luta pelos Direitos, Liberdades e Garantias do Povo Madeirense, a cada Cidadão desejando o melhor ano possível.

E, na Tradição e nos Valores da nossa Comunidade insular, a Todos desejam Feliz Natal. – *O Conselho Regional do PSD*

#### Solidariedade do GP/PSD com Miguel Mendonça

O Grupo Parlamentar do PSD-M manifestou hoje a sua solidariedade ao presidente da Assembleia Legislativa da Madeira, Miguel Mendonça, na sequência da queixa-crime apresentada pelo PND-M à Procuradoria-Geral da República.

O PND-M apresentou uma queixa-crime na Procuradoria-Geral da República contra Miguel Mendonça por ter aceite um requerimento dos deputados do PSD-M retirando o mandato e proibindo a entrada na Assembleia Legislativa do deputado

José Manuel Coelho pelo facto deste, na sessão plenária de 05 de Novembro, ter exibido uma bandeira nazi num gesto e crítica ao regime político na Madeira.

Esta decisão acabou por ser retirada, em plenário e por unanimidade, fazendo voltar os trabalhos parlamentários à normalidade.

O vice-presidente do Grupo Parlamentar do PSD-M, Tranquada Gomes, manifestou hoje, em conferência de imprensa, a solidariedade dos deputados social-democratas ao presidente da Assembleia Legislativa e recordou que “como decorre das normas regimentais, o presidente mais não fez do que sequenciar as deliberações aprovadas nos plenários da Assembleia a 5 e 6 de Novembro”.

Tranquada Gomes lamentou ainda que o líder do PND-M, Baltasar



Gonçalves, tenha preferido apresentar a queixa-crime em Lisboa e não no Funchal “desmerecendo de forma ofensiva o respeito devido aos magistrados do Ministério Público

sediados na Região Autónoma da Madeira, questionando a sua independência e competência”.

– Fonte: Lusa

#### Notícias de Braga

## “Vices” do Partido participaram na festa de próximo Domingo, quando o PSD de Braga “regressou” a casa



O PSD de Braga viveu no Domingo, 14 de Dezembro, um momento histórico com a reinauguração da sua Sede de Concelhia no Largo da Senhora-a-Branca, após trabalhos de reabilitação que se prolongaram por mais de dois anos.

Mais do que as dificuldades técnicas da obra, que obrigaram à demolição integral de boa parte do miolo do edifício, o prolongamento desta intervenção prendeu-se com o compromisso da actual Comissão Política liderada por Ricardo Rio, de

resolver integral e atempadamente todos os compromissos financeiros associados a esta obra.

Daí que boa parte dos trabalhos tenha decorrido ao ritmo da Campanha de Angariação de Fundos realizada sob a égide do Governo Civil de Braga, e que contou com a valiosa colaboração de muitos militantes, simpatizantes e autarcas desta estrutura partidária.

Após esta recuperação, o edifício do nº 116 do Largo da Senhora-a-Branca voltará a acolher os Serviços do Partido, disponibilizando, entre outros espaços,

uma Sala de Secretaria, uma Sala de Conferências e quatro Salas de Reuniões, onde ficarão também instaladas as estruturas autónomas (JSD e TSD).

Na óptica dos responsáveis locais do PSD, para lá do valor patrimonial, esta recuperação encerra um especial significado afectivo, de evocação da história do Partido e de tributo aos militantes que estiveram na primeira linha dos combates travados ao longo de todo o período democrático no Concelho de Braga.

Estas instalações renovadas servirão agora para dar melhores condições de trabalho na antecâmara do importante ano de 2009, em que se realizam três actos eleitorais e em que o PSD de Braga irá ultrapassar o seu “Cabo das Tormentas”, conquistando pela primeira vez a Câmara Municipal de Braga.

#### Rui Rio na Inauguração da Sede, Castro Almeida no almoço Concelhio

Este marco na vida do PSD local foi assinalado com um vasto conjunto de iniciativas, a divulgar oportunamente, mas que teve início já no Domingo.





Assim, pelas 10:30 horas, teve lugar na Igreja da Senhora-a-Branca uma missa evocativa dos militantes já falecidos, seguindo-se a cerimónia de reinauguração da Sede Concelhia, em que esteve presente o primeiro Vice-Presidente do PSD e Presidente da Câmara Municipal do Porto, Rui Rio.

Depois da bênção da Sede e da visita às novas instalações, foi também inaugurada uma exposição de fotografias evocativa da história do Partido, ao que se seguiram as intervenções de António Marques, Presidente da Comissão das Obras da Sede, Miguel Macedo, Presidente da Mesa da Assembleia de Secção do PSD de Braga, Ricardo Rio, Presidente da

CPS-PSD de Braga, e Rui Rio.

A partir das 13:00 horas, teve início no Restaurante Palace, em Priscos, o habitual almoço Concelhio do PSD de Braga, que contou com a animação do Rancho Folclórico "Semear Alegria" de Celeirós e com as intervenções de diversos dirigentes políticos locais, distritais e nacionais.

Entre outros, marcaram presença o Vice-Presidente do PSD responsável pelo Gabinete Autárquico e Presidente da Câmara Municipal de São João da Madeira, Manuel Castro Almeida, e o reeleito Presidente da Comissão Política Nacional da JSD, Pedro Rodrigues.

—Do nosso Correspondente

## Notícias de Lisboa

# Moções apresentadas na Assembleia Municipal tratam assuntos de grande importância para a cidade: Complexo Desportivo da Lapa, Boas Práticas e Iluminações do Natal

O PSD, em maioria na Assembleia Municipal de Lisboa, aprovou, quinta-feira três moções, das quais uma a repudiar a intenção do Governo em fechar o Complexo Desportivo da Lapa e a defender que a autarquia negocie a gestão do espaço.

Na moção, a que o PSD recomenda à Câmara de Lisboa que "exerça toda a pressão possível" para travar o fecho daquele espaço desportivo, "negociando com a Secretaria de Estado da Juventude e Desporto a transferência da gestão" para a autarquia.

O Complexo Desportivo da Lapa era propriedade do Estado e foi alienado à empresa ESTAMO - uma imobiliária de capitais públicos - por 9,1 milhões de euros (8,4 milhões de euros líquidos).

Na semana passada, depois do negócio ter sido tornado público, fonte do gabinete do presidente da Câmara disse à Lusa que o autarca tinha manifestado ao Governo "estranheza" pela alienação do Complexo Desportivo da Lapa sem que o município tivesse sido consultado.

Segundo disseram à Lusa vereadores da oposição, na última reunião de câmara, que decorreu à porta fechada, o presidente António Costa (PS) terá afirmado que iria comunicar ao Governo que a autarquia não estava disposta a alterar no Plano Director Municipal (PDM) o uso dos terrenos do complexo.

Esta ideia é reforçada na moção



que o PSD levou quinta-feira à Assembleia Municipal, onde avisa que aquele órgão autárquico "não permitirá que seja alterada a classificação do espaço urbano onde se situa o Complexo Desportivo da Lapa, quer através da revisão do PDM em curso, quer através de outro qualquer instrumento de gestão urbanística".

De acordo com informação prestada a semana passada pela Secretaria de Estado da Juventude e Desporto, o Complexo Desportivo da Lapa tem "graves problemas estruturais que implicariam, no caso do IDP [Instituto do Desporto de

Portugal] manter os serviços desportivos em funcionamento, obras de vários milhões de euros".

Noutra moção, o presidente da câmara termine o processo de constituição da Comissão das Boas Práticas, aprovado há cinco meses na sequência da sindicância aos serviços do urbanismo.

Na moção que deverá aprovar quinta-feira na Assembleia Municipal, onde tem maioria, o PSD lembra que este órgão autárquico aprovou no final de Junho uma proposta da autarquia para criar a Comissão, cujo mandato seria de 2008 a 2011 e que "deveria ser

imediatamente constituída".

A proposta para criar a Comissão de Boas Práticas foi analisada pela Comissão Permanente de Urbanismo e Mobilidade, que recomendou algumas alterações, tendo depois o documento já alterado sido aprovado por unanimidade pela Assembleia Municipal em Junho de 2004.

A criação da Comissão para a Promoção das Boas Práticas é uma das "medidas correctivas" aprovadas na sequência da sindicância realizada aos serviços de urbanismo da Câmara Municipal de Lisboa, que terminou com a elaboração de um relatório onde são identificadas várias situações anómalas do ponto de vista da legalidade, do nível de exigência ética, da eficiência e da qualidade dos serviços.

Damos em seguida o texto das moções acima referidas:

### Boas Práticas

Em Abril deste ano a Câmara Municipal de Lisboa aprova e submete à aprovação da Assembleia municipal a proposta nº34/2008.

Esta proposta aparece na sequência "da sindicância realizada aos serviços de urbanismo da Câmara Municipal de Lisboa que terminou com a elaboração de um relatório onde são identificadas várias situações anómalas do ponto de vista da legalidade, do nível da exigência ética, da eficiência, da eficácia e da qualidade dos serviços

objecto de análise”.

“Uma das medidas aprovadas em matéria de transparência e de combate à corrupção foi a apresentação de uma proposta à Assembleia Municipal para a constituição de uma Comissão para a Promoção das Boas Práticas, composta por três personalidades, designadas pela Assembleia Municipal por maioria de 2/3, com um mandato de 4 anos, não coincidente com o mandato dos órgãos autárquicos”

Os considerandos desta proposta referem ainda que a mesma foi objecto de análise e apreciação pela Assembleia Municipal reunindo o consenso entre todos os partidos com assento na Assembleia Municipal de Lisboa, devendo integrar o contributo deste órgão para a constituição de uma Comissão para a promoção das Boas Práticas.

A Comissão Permanente de Urbanismo e Mobilidade analisou a proposta vinda da Câmara Municipal de Lisboa, recomendando que em plenário lhe fossem introduzidas algumas alterações consideradas pertinentes e oportunas.

A Assembleia Municipal de Lisboa em 24 de Junho de 2008 aprovou por unanimidade esta proposta com as alterações introduzidas pela Comissão Permanente de Urbanismo e Mobilidade.

Da acta dessa Assembleia consta:

**A Senhora Presidente:** não temos mais intervenções, vamos proceder à votação do ponto 2 da Ordem de Trabalhos- proposta 34/2008- aprovar a criação da Comissão para a Promoção de Boas Práticas, nos termos da proposta, ao abrigo da alínea r) do nº1 do artº53º, da lei 169, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro, incorporando as alterações propostas pela Comissão e de aprovação condicionada à incorporação em Câmara Municipal das referidas alterações.

Posta em votação e aprovada por unanimidade, a Senhora Presidente acrescentou, ainda: Penso que na sequência de intervenções que aqui tivemos que estamos de facto todos de parabéns e que é história.....  
Palmas.”

Esta Comissão cujo mandato seria de 2008 a 2011, deveria ser imediatamente constituída, no prazo de 75 dias após a sua constituição, deveria apresentar um projecto de Boas Práticas e até ao final do mês de Novembro de 2008 apresentar à Câmara para submeter à Assembleia Municipal já um conjunto de elementos e processos para monitorização pela Assembleia.

Estamos perante um projecto importante para todos, incluindo nestes todos, os vereadores, deputados municipais, trabalhadores do município, municípios e investidores em Lisboa, mas será para o Dr. Antonio Costa?

Desde o dia 24 de Junho o Sr. Presidente da Câmara Municipal de

Lisboa não levou à Câmara a rectificação da proposta nº 34/2008, não propôs ninguém para a sua constituição sendo até hoje Comissão para a Boas Práticas uma não existência.

O estabelecer “normas e formas de controle que garantam para além de uma maior celeridade e segurança nas



decisões, mais transparência, maior aproximação ao município e às empresas e um combate cerrado à corrupção e a todas as formas ilegítimas de procedimento dos serviços, dos seus agentes, dos técnicos, dirigentes e responsáveis políticos do Município de Lisboa”, para o Presidente António Costa não tem qualquer importância, a proposta 34/2008 foi um “fait divers” para Assembleia Municipal ver.

Pelo exposto a Assembleia Municipal de Lisboa reunida em sessão ordinária em 11 de Dezembro de 2008 delibera repudiar a forma de actuação do Executivo numa matéria tão importante com o da luta pela transparência, agilização de processos e combate à corrupção e exige que o Dr António Costa até à próxima reunião ordinária desta Assembleia tenha o processo relativo aos pontos nºs 2, 3 e 4 da proposta nº 34/2008 em condições de ser apresentado à consideração de todos os deputados municipais.

### Complexo Desportivo da Lapa

O Complexo Desportivo da Lapa é uma das mais importantes infra-estruturas desportivas da cidade de Lisboa que vem sendo utilizada ao longo de várias décadas, por muitas

dezenas de milhares de desportistas e dirigentes desportivos. O Complexo Desportivo da Lapa ocupa uma área de 10.000 m<sup>2</sup>, classificada do Plano Director Municipal como “área de equipamentos e serviços públicos” e é constituído por uma piscina coberta, ginásios, salas de musculação, saunas, um recinto polivalente (andebol, basketebol, voleibol, badminton, etc),

espaço para fins de construção imobiliária.

O Partido Social Democrata foi inquestionavelmente quem mais se preocupou e contribuiu ao longo dos mandatos em que teve responsabilidades executivas para a criação de novas infra-estruturas desportivas em Lisboa, pelo que lamenta a insensibilidade deste Governo muito mais interessado na realização financeira a qualquer preço do que no bem estar e saúde das populações.

Mas esta atitude do Governo Sócrates ainda vai contribuir para a desafecção para actividades desportivas do lendário Pavilhão Carlos Lopes, agora pela mão do Dr. António Costa, tal como o engº Sócrates, muito pouco interessado no desenvolvimento desportivo e na qualidade de vida dos Lisboaetas. No Pavilhão Carlos Lopes vai ser instalado o Museu do Desporto transferido do Complexo Desportivo da Lapa. O Dr. António Costa não recupera e valoriza o Pavilhão Carlos Lopes como vinha sendo prometido há muito, preferindo de uma única cajadada contribuir para a morte de dois espaços desportivos.

A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em sessão ordinária em 11 de Dezembro de 2008, repudia vivamente a intenção do Governo do engº Sócrates em fechar o Complexo Desportivo da Lapa, recomendando à Câmara Municipal de Lisboa que exerça toda a pressão possível para travar esta intenção, negociando com a S.E.J.D. a transferência da sua gestão para a C.M.L.

Independentemente daquelas negociações a Assembleia Municipal de Lisboa não permitirá que seja alterada a classificação do espaço urbano onde se situa o Complexo Desportivo da Lapa, quer através da revisão do Plano Director Municipal em curso, quer através de outro qualquer instrumento de gestão urbanística.

Dar conhecimento desta moção ao Sr. Primeiro Ministro, Secretário de Estado da Juventude e Desporto, Presidente do Instituto do Desporto de Portugal, Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República, Comité Olímpico de Portugal e Confederação do Desporto de Portugal.

### Iluminações de Natal: “Contos de sonho ou pesadelo?”

O Natal é para além daquilo que representa em termos religiosos, festivos, figurativos, sociais e familiares, uma oportunidade económica para muitos pois é um período de grande consumo sendo por isso sempre, uma enorme esperança para o comércio.

Em Dezembro muitos comerciantes esperam compensar os prejuízos de meses anteriores, com todo o movimento que a época natalícia provoca e a forma de se prepararem é desde há muitos anos,





através das suas associações de classe, ornamentarem as ruas e as praças com as chamadas Luzes de Natal, motivo de atracção e apelo às compras todos os anos renovado.

As câmaras municipais de uma maneira geral apoiam as associações comerciais nas ornamentações de Natal nas ruas comerciais dos seus centros históricos e zonas comerciais mais importantes. As iluminações de Natal são assim uma forma de animação das nossas cidades e vilas.

Em Lisboa a cooperação com a União dos Comerciantes foi uma constante ao longo dos anos, responsabilizando-se esta União pela execução das iluminações com o apoio material e logístico da CML.

A grave situação económica que o País atravessa e concomitantemente os municípios e os comerciantes, levam a que se procurem formas de financiamento alternativas aos dinheiros públicos, apelando à contribuição de patrocinadores, normalmente grandes empresas que se associam ao espírito da quadra, aparecendo como patrocinadores, quase sempre de uma forma institucional.

O executivo liderado por António Costa e Sá Fernandes à semelhança do que já tinha feito para a Praça das Flores com a Skoda, Jardim da Estrela com o Continente e Av.<sup>a</sup> da Liberdade com a Renault, qual empresa de “Time Sharing” resolveu não comemorar o Natal e o seu espírito, mas entregar de Novembro a Janeiro as nossas praças mais emblemáticas a empresas públicas ou muito próximas do controle socialista, para que elas celebrassem o seu próprio Natal.

O resultado não poderia ser pior com a Praça do Comércio e a Rotunda do Marquês abafadas por bolas gigantes e uma tenda enorme que ocupam grande parte do seu espaço, o Rossio pertence à Santa Casa com painéis de grandes dimensões, que não orgulham nem Lisboa nem a Santa Casa da Misericórdia, os Restauradores são dos CTT num enorme caixote.

Tudo isto escondendo da Praça do Comércio, da Rotunda do Marquês, da Praça do Rossio e dos Restauradores, a suas belezas, as suas referências e suspendendo a sua história.

O Natal, Lisboa, os Comerciantes e todos os Lisboaeranos mereciam mais consideração desta Câmara Municipal, para quem tudo é dinheiro e tudo vale por dinheiro, num mercantilismo sem medida.

Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em sessão ordinária dia 11 de Dezembro de 2008, repudia a atitude do executivo municipal e exige que seja cabal e rapidamente informada da forma, das contrapartidas e dos compromissos que levaram a aceitar vender a imagem dos principais centros de Lisboa aquele conjunto de empresas, para ali representarem com tanto mau gosto e tão a despropósito o seu Natal. – *Moções da responsabilidade do Grupo PSD na Assembleia Municipal*

## Notícias do Algarve

# CPD responsabiliza Governo pela degradação as urgências hospitalares

A Comissão Política Distrital do PSD/Algarve responsabilizou hoje o Governo e os representantes na administração do Hospital Central do Algarve por aquilo que considera ser a degradação do Serviço de Urgência (SU) naquela unidade hospitalar.

“Pelo agravamento das condições degradantes e desumanas que são proporcionadas aos doentes”, o PSD/Algarve exige que se apurem responsabilidades de quem gere o Hospital e de quem gere a Administração Regional de Saúde, indica um comunicado enviado hoje à comunicação social.

O PSD/Algarve afirma que os responsáveis pela gestão da Saúde no Algarve de não dispõem de condições políticas para continuar em exercício de funções.

O texto completo do comunicado é o seguinte:

### Urgências no Hospital Central são um “Desastre anunciado”

A Comissão Política Distrital do PSD/Algarve, face aos acontecimentos que mais uma vez envolvem o Serviço de Urgência do Hospital Central de Faro, vem publicamente exigir um assumir de responsabilidades por parte do governo e dos seus representantes na administração desconcentrada do Estado na região.

Importa recordar as diversas fases e episódios que conduziram à actual situação.

1- A 2/11/2007 foi conhecida a posição assumida pelos Chefes de



Equipa da Urgência do Hospital Central de Faro, que se demitiram das suas funções devido às condições degradantes em que eram internados, observados e tratados os doentes e às circunstâncias indignas em que os médicos eram obrigados a desempenhar as suas funções.

2- Na sequência desta posição, e por pressão mediática, a Administração Regional de Saúde do Algarve e o Conselho de Administração do Hospital, de maneira atabalhoada e desprovida do necessário planeamento, avançaram para uma ampliação do Serviço de Urgência (SU), de forma irreflectida, sem viabilidade financeira e sem recursos humanos.

3- Nesta azáfama imponderada de aumentar a estrutura do SU (não para solucionar, mas para mostrar obra) foram ignoradas as opiniões sensatas de que o principal problema residia na dificuldade de drenagem dos doentes internados, sem condições, no corredor do Serviço de Urgência.

4- Em Fevereiro de 2008, foi reafirmado esse pedido de demissão e as degradantes condições de trabalho no SU, em missiva enviada à Ministra da Saúde.

5- Em 31/10/2008 um novo documento assinado por todos os Chefes de Equipa do SU alertou para a disfuncionalidade do novo espaço do SU.

6- Desde o dia 1 de Novembro que a ampliação do SU está a funcionar em pleno, com uma derrapagem inaceitável de um valor inicialmente previsto de um milhão de euros, para um custo de dois milhões euros do erário público.

7- Agora, passado um ano, e fazendo fé em notícia veiculada pela Agência Lusa, é afirmado pelos Chefes de equipa, ainda demissionários, que a situação “está pior que no ano passado. Há mais doentes em maca, mas já não são tão visíveis. Estão escondidos nos corredores das novas instalações”...

8- Perante este conjunto de situações, importa apurar responsabilidades, de quem gere o Hospital e de quem gere a Administração Regional de Saúde:

a)- Pelo agravamento das condições degradantes e desumanas que são proporcionadas aos doentes;

b)- Pela persistente precariedade das condições de trabalho proporcionadas aos profissionais de saúde;

c)- Pela incapacidade de resolução do problema, que se arrasta há mais de um ano, da demissão dos Chefes de Equipa do SU, situação verdadeiramente paradoxal e insólita;

d)- Pela decisão de ampliar o espaço físico do SU, que não só não resolveu, mas ainda veio agravar as condições precárias e insustentáveis em que os doentes se encontram.

e)- Pela insegurança e desadequação das condições de trabalho para os profissionais de saúde.

f)- Pela derrapagem financeira da obra de ampliação do SU – os custos duplicaram...

Perante tudo quanto atrás ficou descrito, o PSD/Algarve reafirma, tal como há um ano atrás, que os responsáveis pela gestão da Saúde no Algarve, não dispõem de condições políticas para continuar em exercício de funções. O Ministro da Saúde mudou, mas no Algarve a incompetência



continua a mesma, com grave prejuízo para os cidadãos e para o erário público. – *CPD/PSD-Algarve*

### Celebrações do NATAL do PSD/Algarve

«Contamos consigo para mais uma grande vitória do Partido Social Democrata», disse Mendes Bota a José Inácio, autarca de Lagoa

Foi com a casa cheia, com quase 400 pessoas, que o PSD Algarve celebrou, na passada sexta-feira, no restaurante da Fatacil, em Lagoa, a quadra natalícia. Presentes estiveram militantes de todo o Algarve, presidentes de secção, autarcas, entre eles os presidentes de câmaras municipais de Lagoa, José Inácio, de Silves, Isabel Soares, de Vila do Bispo, Gilberto Viegas, de Albufeira, Desidério Silva e de Fronteira, Pedro Lancha.

Fábio Bota, presidente da JSD Algarve, no seu discurso fez referência às políticas de juventude que afectam directamente os jovens, aos processos de avaliação de professores e alunos e, principalmente, ao défice de democracia, elemento que tem marcado este Governo, de forma geral e o ministério da Educação em concreto.

José Inácio, na qualidade de anfitrião, deixou várias mensagens aos lagoenses, aos militantes e à direcção nacional do Partido, de entre elas destacam-se o apoio que “todos nós temos de dar para que se consiga enfrentar o período difícil que vem para frente”. Falou também dos impostos municipais, que o actual governo resolveu aplicar, sacrificando cada vez mais os municípios.

José Mendes Bota, presidente do PSD Algarve, emocionado, começou a relembrar o saudoso autarca de Lagoa, Jacinto Correia, e sua sucessão que se transmitiu até hoje, ao presidente José Inácio, a quem disse, olhos nos olhos: «contamos consigo para mais uma grande vitória do Partido Social Democrata». Ainda no foro da memória e dos afectos, relembrou o tempo em que trabalhou directamente com Carlos Mota Pinto, pai do convidado de honra, e antigo líder do PSD.

O presidente do PSD Algarve não esqueceu a importância do Movimento das Mulheres Social Democratas, dizendo que «não podemos continuar a olhar para elas como as que acompanham os presidentes de secção e os presidentes de câmara nos jantares, mas cada vez mais como elementos participativos que decidem, que decoram, que pensam, que escrevem e que têm ideias próprias, que as defendem e põem em prática o que defendem». O desassoreamento do Rio Arade, a falta de um Pavilhão multiusos no centro do Algarve, a alternativa ao IC 4 e IC 27 e Regionalização foram outros dos temas abordados pelo presidente da distrital.

Paulo Mota Pinto, vice-presidente

do PSD, começou por relatar que a imprensa económica europeia considerou «o ministro das Finanças português como o pior ministro das finanças da União Europeia», argumentando «que o que este Governo faz é maquilhar a realidade económica do país...um Governo que passou da negação da crise para o facto de crise justificar tudo». O orador alertou os militantes do PSD Algarve para o facto de o ministro das Finanças e primeiro-ministro, estarem completamente em desacordo no que diz respeito ao défice, tendo terminado dizendo que, cada vez mais, é possível ganhar as próximas eleições legislativas, pois a seu tempo irão ser apresentadas alternativas. - *Gab. Imp. PSD/Algarve*



## Notícias do Alto Minho

# Mensagem de Boas Festas: recuperar em 2009

Nesta quadra festiva, marcada pelos valores da paz e da solidariedade, dirijo a todos os cidadãos do Alto Minho uma mensagem de Feliz Natal e de Próspero Ano Novo.

Bem sei que este tempo que vivemos está marcado por profundas dificuldades e que a confiança no dia de amanhã continua a ser uma miragem cada vez mais distante, em boa medida por causa de muitas opções políticas desajustadas.

Mas é sobretudo por causa deste cenário sombrio que desejo partilhar uma palavra de optimismo com os meus conterrâneos do Distrito de Viana do Castelo, nomeadamente com aqueles que estão a atravessar um período difícil nas suas vidas.

Penso em especial nos doentes e nos idosos que vivem sozinhos, quantas vezes angustiados com o que lhes possa vir a acontecer, porque os serviços de saúde não respondem às suas necessidades e as pensões não lhes permitem uma vida com dignidade.

Penso nos jovens sem horizontes de vida e sem perspectivas de futuro que, a cada dia que passa, vêem esfumar-se os seus sonhos e avolumar-se, no seu espírito, um sentimento de frustração e de desânimo.

Penso nas famílias em dificuldade – e cada vez são mais na nossa região – que se debatem com o problema do desemprego ou estão sob a ameaça deste terrível flagelo que, por onde passa, semeia aflições e espalha instabilidade a todos os níveis.

Penso ainda nos nossos pequenos e médios empresários, obrigados a enfrentar uma crise profunda, sem poderem contar com ajudas oportunas, ao mesmo tempo que são afrontados com acções diárias de mera propaganda que em nada contribuem para a resolução dos problemas dos sectores do comércio e da indústria e para a criação de riqueza e de postos de trabalho.

Penso, enfim, em todos os Alto-minhotos que, pelos mais diversos motivos, não encontram razões para fazer Festa e para celebrar condignamente este Natal de 2008 e para olhar o próximo ano com optimismo.

Para todos, aqui deixo uma mensagem de solidariedade e de confiança e o desejo de que o Novo Ano vos traga melhores dias e muita força para, em conjunto, lutarmos por uma vida melhor.

Muitos dos males que nos afligem não são uma fatalidade, mas o resultado de opções políticas erradas e de decisões que não têm na devida conta uma visão solidária do País, nem são norteadas por uma perspectiva humanista que sabe acautelar o bem comum e um desenvolvimento harmoniosa da sociedade.

Um Santo Natal para todos os Alto-minhotos e um Ano de 2009 cheio de saúde e de paz. Um Novo Ano cada vez mais solidário, mais fraterno e mais participativo. Um ano em que todas as pessoas tenham acesso a uma qualidade de vida sempre melhor e mais humanizante.

É para isso que todos vamos, seguramente, continuar a trabalhar, em 2009...

- *Eduardo Teixeira, Presidente da CCPD Alto Minho*







Notícias dos Açores

## Medidas do governo para a agricultura “não têm credibilidade”

O PSD/Açores considerou que o programa de governo “não tem credibilidade”, dado que as medidas propostas para a agricultura “não permitem enfrentar os desafios” que o sector enfrenta.

“A agricultura está no centro dos grandes desafios que enfrenta a humanidade e as medidas apresentadas neste programa do governo para o desenvolvimento rural e, em especial, para a agricultura não permitem enfrentar estes desafios porque estão desabitadas de um rumo estratégico e são pobres em inovação”, afirmou o deputado social-democrata António Ventura, na Assembleia Legislativa dos Açores, durante o debate do programa de governo.

O parlamentar do PSD/Açores referiu “não acreditar” nas propostas incluídas no documento do executivo, pois “o anterior [programa de governo] falhou, utilizando as mesmas palavras”.

António Ventura deu como exemplos as promessas socialistas, feita em 2004, da aposta no emparcelamento, que “não existiu, como todos sabemos, nem vai existir nos Açores”, ou da criação do centro de leite e lacticínios, que continua por implementar.

O deputado social-democrata acrescentou que “a tudo isso soma-se a derrota de Portugal no acordo sobre o exame de saúde da PAC”.

“O ministro da Agricultura permitiu o fim das quotas leiteiras e vendeu a especificidade da nossa produção de leite”, salientou.

**Governo deve prever impacto da saída de médicos para a reforma**

O PSD/Açores defendeu hoje que o governo regional deve fazer uma previsão do impacto da saída dos médicos que vão passar, a médio prazo, à reforma, procedendo a um “recenseamento rigoroso das insuficiências” de recursos humanos do sector.

“Contra o continuado desinteresse do governo regional em conhecer os níveis concretos de envelhecimento dos actuais profissionais do Serviço Regional de Saúde (SRS), urge projectar, a médio prazo, o impacto da saída dos médicos que estão a caminho da sua reforma e dos que passarão a ser dispensados da prestação de urgência nocturna, a partir dos 50 anos”, afirmou o deputado social-democrata José Manuel Bolieiro, na Assembleia Legislativa dos Açores, durante o debate do programa de governo.

Segundo o parlamentar do PSD/Açores, é necessário “definir estratégias para reforçar e renovar os médicos do SRS”.

José Manuel Bolieiro defendeu, também, a “correcta articulação” entre as unidades de saúde do arquipélago, “designadamente através de projectos que, pela telemedicina, liguem os hospitais da Região aos centros de saúde situados nas ilhas onde não está localizada a unidade hospitalar, nos domínios determinantes da teleconsulta e telediagnóstico, e nas especialidades mais comuns, quer no ambulatório, quer no serviço de atendimento permanente daquelas unidades”.

“A rede de telemedicina pode ser factor determinante para a redução, a curto prazo, dos custos sociais e



financeiros relacionados com a deslocação de doentes e de especialistas”, salientou.

O deputado social-democrata definiu, ainda, como outras prioridades o acesso de todos os cidadãos aos cuidados de saúde, visto que “continuam cerca de 80 mil açorianos sem médico de família”, e a garantia do financiamento “adequado” do SRS.

**Nova equipa da Educação tem “responsabilidades acrescidas”**

O PSD/Açores considerou hoje que a nova equipa da secretaria regional da Educação tem “responsabilidades acrescidas” na resolução dos problemas do sector.

“As novas responsáveis desta área conhecem a realidade das nossas escolas, conhecem bem as razões da desmotivação e do descontentamento da classe docente e sabem muito bem aquelas que são as impossibilidades práticas e as incongruências do actual estatuto da carreira docente e do sistema de avaliação dos professores”, afirmou o deputado social-democrata Costa Pereira, na Assembleia Legislativa dos Açores, durante o debate do programa de governo.

Segundo o parlamentar do PSD/Açores, o próprio presidente do governo regional, na intervenção que fez no início do debate, “acabou por ir ao encontro das preocupações e das propostas que na legislatura passada o PSD apresentou”.

Costa Pereira salientou, a esse propósito, que “não há política educativa nem reformas do ensino que tenham a mínima possibilidade de sucesso, se nelas os professores não se revêem nem se sentem implicados”.

O deputado social-democrata acrescentou que o programa de governo, na área da Educação, se caracteriza por uma “contemplanção estática na bondade da obra feita e um conformismo de fim de ciclo nas medidas que prevê”.

**O problema da droga nos Açores está a agudizar-se de forma terrível!**

Numa intervenção de fundo, o deputado Cláudio Almeida, da JSD/Açores, referiu o problema da proliferação e aumento descontrolado do consumo de droga de todos os tipos, no arquipélago, afirmando:

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional Senhoras e Senhores Deputados

Em primeiro lugar quero dirigir uma palavra de saudação a Vossa Excelência, e a todas as Senhoras e Senhores Deputados deste Parlamento, desejando Votos de êxito para o desempenho das suas funções!

Ao Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores e a todos os Senhores Secretários responsáveis pelas diversas pastas governativas, desejo as maiores felicidades para a governação deste novo mandato.

Todavia, quero desejá-lo, em particular, ao Senhor Secretário Regional dos Assuntos Sociais, não só pela tarefa de governar uma área tão sensível como é a da saúde, mas, sobretudo, pela herança que lhe foi deixada pelos seus antecessores.

Antecessores deste mesmo governo do Partido Socialista que lhe puseram nas mãos problemas que afectam a grande maioria dos açorianos e que continuam por resolver.





...Os milhões da dívida do serviço Regional de Saúde, ou a responsabilidade da região no montante da dívida da Saúdeçor...

...Os cerca de 25 mil açorianos que esperam 2 e 3 anos por consultas e cirurgias nos hospitais da região...

...Ou ainda os 80 mil açorianos que não possuem médicos de família.

Não vou falar sobre estas questões.

Quero sim, interpelar Vossa Excelência sobre o gravíssimo problema das Toxicodependências na nossa região Autónoma.

Uma problemática que atinge um elevado numero de jovens e de muitas famílias em todas as nossas ilhas.

Desde Santa Maria ao Corvo, nas mais diversas freguesias, o seu consumo faz-se de forma regular e atinge jovens adolescentes com cada vez menos idade

De acordo com o inquérito nacional em meio escolar, realizado em 2001 pelo Instituto Português da Droga e Toxicodependência, constata-se que a Região Autónoma dos Açores, já nessa altura, era a região do país que apresentava os maiores índices de consumo nos diversos tipos de droga!

Daí para cá muito pouco ou nada foi feito para contrariar esta tendência.

Desde a cocaína à heroína, o Ax ou as drogas sintéticas, a canábis ou as pastilhas de Ecstasy, tudo se consome.

Até o subutex e o mais recentemente o suboxone, medicamentos prescritos pelos

médicos e comparticipadas pelo Estado, são cada vez mais objecto de tráfico.

Senhor Secretário Regional.

Registo, com satisfação, que no programa deste governo houve preocupação de se criar uma Direcção Regional para a Prevenção e Combate às Dependências.

Lamentavelmente, surge demasiado tarde para os que já se tornaram viciados crónicos, mas ainda a tempo de promover as adequadas políticas de prevenção primária, começando, desde logo, pelas escolas do Primeiro Ciclo.

Até que enfim, que os números comprovados pelas estatísticas e amplamente divulgados pela comunicação social, ou até mesmo pelo II Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoactivas na População, em 2007, levaram a que prestassem a necessária atenção a este flagelo.

Por isso, gostaria de perguntar a Vossa Excelência,

Se acha que o último Governo da Região deu a devida atenção ao problema das toxicodependências, e se as políticas até aqui implementadas foram eficazes na prevenção e na dissuasão dos doentes consumidores dependentes?

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Secretário Regional

Compreendo a forma como Vossa Excelência deu as respostas às minhas

perguntas.

Porém, a verdade é que a realidade é muito mais dura do que se possa imaginar.

O problema do consumo de drogas atinge, actualmente, proporções alarmantes. É um problema quase incontrolável.

Existem locais perfeitamente identificados, onde, em plena luz do dia, se podem ver traficantes que se confundem com consumidores e consumidores que se confundem com traficantes.

Traficantes que se passeiam impunemente junto de escolas e de locais de concentração de juventude.

E para constatar esta realidade, para ter a noção da verdadeira dimensão deste problema, uma das primeiras acções a desenvolver pela responsável da nova Direcção Regional, devia ser – fazer o roteiro daquilo a que um matutino de Ponta Delgada há bem pouco tempo chamava de “o roteiro da vergonha”!

Ou seja, visitar os inúmeros locais onde abundam as seringas e restos de papel de prata, abandonados pelos consumidores depois de utilizados!

Encarar este problema com vontade de contribuir para a sua redução, é ter a noção, exacta, de que os Açores são, de facto, uma das regiões do país onde se registam mais detenções relacionadas com o tráfico de drogas, e onde, 80% dos roubos e pequena criminalidade são praticados por indivíduos que precisam de dinheiro para comprar drogas.

Vossa excelência sabe que no estabelecimento Prisional de Ponta Delgada, mais de 70% dos reclusos são jovens com idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos, e que estão presos por crimes relacionados com o tráfico de droga!

Tem conhecimento, que a casa de Saúde de São Miguel se debate com falta de meios e de médicos especialistas para o tratamento e acompanhamento dos cerca de 200 toxicodependentes lá precisam de receber apoio!?

Sabe que ali não existem vagas

suficientes para o tratamento de Metadona, aos reclusos toxicodependentes do Estabelecimento prisional de Ponta Delgada!?

Senhor Secretário Regional

Se deve ser motivo de preocupação o problema do consumo e do tráfico das drogas pesadas, não pode nem deve ser esquecido o problema do tráfico dos medicamentos que vieram como substitutos da heroína! O subutex e suboxone!

Estes produtos, que são comparticipados pelo Serviço Regional de Saúde, não parecem estar a ter os efeitos de inibidores das necessidades de heroína.

A sua consecutiva utilização e a falta de acompanhamento das necessárias terapias de ajuda habitua a sua dependência

Certamente sabe Vossa Excelência que, no ano de 2006, foram prescritas, nos Açores, receitas médicas que resultaram no fornecimento de 18 mil e 68 embalagens de subutex.

Quer isto dizer, que foram colocadas á disposição dos consumidores dependentes, uma média de mais de 1500 embalagens de subutex por mês.

É esta facilidade com que se obtém uma receita médica para a compra desses chamados substitutos, que faz com que sejam traficados.

E se uma embalagem com 7 comprimidos custa 22 € ao utente e 15 € ao Sistema Regional de Saúde, um só comprimido atinge 30€ quando vendido no mercado negro.

Porque tenho de terminar esta intervenção, peço a V.Ex<sup>a</sup>, que se digne informar esta Assembleia, de quais as medidas que pretende implementar para o controlo das receitas médicas a doentes que necessitam do subutex e do Suboxone?

Obrigado

– Deputado Cláudio Borges Almeida







## ALVALADE – NÚCLEO SECÇÃO B / Lisboa

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se os Militantes do Núcleo de Alvalade, para reunir em Assembleia no próximo dia 8 de Janeiro de 2009, (quinta-feira) pelas 21h00, na Sede da Secção B, sita no Campo Pequeno, 16-3º, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 – Informações
- 2 – Análise da situação política

## Castelo de Paiva

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Castelo de Paiva, para reunir no próximo dia 30 de Janeiro de 2009, (sexta-feira) pelas 18H00 no Edifício da Associação Comercial e Industrial, sito na Rua Professor Egas Moniz, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1. Eleição dos órgãos concelhios:
  - 1.1.: - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção
  - 1.2.: - Eleição da Comissão Política de Secção

Notas:

As listas candidatas devem ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, à Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o substitua, no Lugar da Carvalha, freguesia de Sardoura (residência do Presidente).

As urnas estarão abertas entre as 18H00 e as 21H00.

## SECÇÃO ORIENTAL / LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção Oriental de Lisboa, para reunir no próximo dia 19 de Janeiro de 2009, (segunda-feira) pelas 21h30, na Sede, sita na Rua Manuel dos Santos, nº 21 – A – c/v, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 – Informações
- 2 – Apreciação, discussão e deliberação do Relatório de Actividades e Contas da Secção Oriental, referente a 2008
- 3 – Apreciação, discussão e deliberação do Plano de Actividades e Orçamento da Secção oriental, para o ano de 2009
- 4 – Análise da situação política
- 5 – Outros assuntos de interesse

## VILA DO BISPO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila do

Bispo, para reunir no próximo dia 16 de Janeiro de 2009, (sexta-feira) pelas 20H00 na sede concelhia, sita na Rua Carlos Luís Correia Matoso, nº 6 – 1º, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção

Notas:

As listas candidatas devem ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, à Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o substitua.

As urnas estarão abertas entre as 20H00 e as 22H00.



## Por lapso dos serviços, vimos por este meio corrigir as horas da Convocatória em baixo indicada:

### CONSELHO DISTRITAL DA GUARDA

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD e demais regulamentos em vigor, convoca-se o Conselho Distrital da Guarda, para reunir no próximo dia 9 de Janeiro de 2009, pelas 22 horas, na Sede Concelhia de Seia, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Definição do calendário eleitoral dos órgãos distritais e marcação da data do Conselho Distrital Eleitoral da JSD/Guarda;

2 – Eleição do representante do distrito no Conselho de Jurisdição de 1.ª instância.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital  
(Nelson Costa)

### CONSELHO DISTRITAL DE BRAGA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, bem como dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital de Braga para reunião a realizar no próximo dia 27 de Dezembro de 2008, (sábado) pelas 21h30 horas, no Hotel Suave Mar, na cidade de Esposende, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Análise da Situação Política.

A Mesa do Conselho Distrital  
(João Miguel Sá)

### VIEIRA DO MINHO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social-democrata e dos demais regulamentos, convoco o Plenário de Secção de Vieira do Minho, para uma reunião dia 16 Janeiro de 2008 (sexta-feira), pelas 21h, na sede concelhia do PSD Vieira do

Minho, sita na Praça Barjona de Freitas – Vieira do Minho com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único:

Eleição da Mesa do Plenário de Secção e da Comissão Política de Secção;

Nota:

1. As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa, de acordo com os Estatutos e Regulamentos da JSD.

2. As urnas estarão abertas das 21h às 23h

Mesa do Conselho Distrital Braga  
(João Miguel Sá)

### CAMINHA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis convoca-se o Plenário de Secção de Caminha da JSD para reunir no dia 17 de Janeiro de 2009, pelas 18h30, na Sede do PSD de Caminha, cito na Rua da Corredoura, 22, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos Órgãos da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Secção de Caminha da JSD.

Notas:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD Alto Minho ou a quem estatutariamente o substitua, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral na Sede Distrital da JSD em Viana do Castelo, cito na Praça da Galiza, n.º 46, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento Eleitoral da JSD.

As urnas estarão abertas entre as 18h30 e as 19h30.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD Alto Minho  
(Carlos Arieiro)

### VILA POUCA DE AGUIAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da JSD de Vila Pouca de Aguiar, para uma reunião a realizar no próximo dia 18 de Janeiro de 2009. (sábado), pelas 14 horas, na Sede do PSD de Vila Pouca de Aguiar, sita na Rua Dr. Mota Pinto, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário de Secção e da Comissão Política de Secção.

Notas:

a) As listas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa do Congresso Nacional ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede do PSD de Vila Pouca de Aguiar sita na Rua Dr. Mota Pinto respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD;

b) As urnas estarão abertas das 14h30 às 16h00.

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional  
(Daniel Fangueiro)

### PESO DA RÉGUA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da JSD do Peso da Régua, para uma reunião a realizar no próximo dia 18 de Janeiro de 2009. (sábado), pelas 14 horas, na Sede do PSD do Peso da Régua, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário de Secção e da Comissão Política de Secção.

Notas:

a) As listas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa do Congresso Nacional ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede do PSD respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD;

b) As urnas estarão abertas das 14h30 às 16h00.

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional  
(Daniel Fangueiro)

# COMUNICADO

## A CRISE ECONOMICA

Contrariamente às declarações optimistas do Governo Socialista a recessão já chegou a Portugal. Embora com valores inferiores a outros Países Europeus a situação não deixa de ser altamente preocupante. O aumento do desemprego será inevitável o que obrigará a um maior esforço da Segurança Social. Também o número de falências poderá aumentar exponencialmente. O Governo PS foi obrigado a tomar medidas de apoio à Banca Nacional mas é imprescindível que esta não dificulte o acesso ao crédito especialmente às PME's e aos particulares.

Também o Governo PS só vê como solução para a presente crise os megas investimentos em grandes obras públicas. Porém temos de ter em conta que a dívida externa de Portugal em 2007 era já de 440 mil milhões de euros segundo alguns reputados economistas portugueses. Deste modo o acesso ao crédito internacional deve ser cuidadosamente ponderado.

Os TSD de Lisboa sempre apoiaram os investimentos em barragens, parques eólicos, centrais solares e a construção de algumas novas acessibilidades no interior do País e também concordam com a recuperação de centros escolares e liceus remodelados, a construção de novos hospitais, de creches e lares, bem como a melhoria de algumas infra-estruturas, tais como portos, vias-férreas e auto estradas entre outras;

Quanto ao novo aeroporto não esquecer e deve-se ter em consideração a diminuição drástica de vôos comerciais, bem como a anunciada falência de 70 companhias aéreas.

Pensamos que nesta situação o Aeroporto da Portela poderá ter a sua vida útil alongada o que permitirá ir fazendo por fases o novo Aeroporto de Alcochete. Esta é uma breve análise da presente situação económica portuguesa do ponto de vista dos TSD/AML.

## A CIDADE DE LISBOA

Lisboa continua a perder população e a envelhecer especialmente nos bairros mais antigos. São necessárias e urgentes obras de manutenção em muitos deste prédios alguns dos quais pertencentes a CML. Por outro lado inúmeras ruas precisam de nova pavimentação também com urgência bem como a reparação de muitos dos passeios empedrados.

A limpeza da Cidade também deixa muito a desejar.

Quanto à rede de transportes públicos e privados é necessária a sua requalificação.

O encerramento da Praça do Comércio aos Domingos por iniciativa do actual Presidente da Câmara é uma medida que causa gravíssimos problemas à circulação automóvel nesses dias.

A Câmara de Lisboa está com muito problemas e destacamos aqui:

- As obras de modificação do nó de Alcântara, o alargamento do cais de contentores (motivo de grande contestação popular) e a definição do local de amarração da nova ponte sobre o Tejo.

As decisões que vierem a ter lugar são demasiadamente importantes para Lisboa.

Entendem os TSD de LISBOA/AML que temos de mudar esta Vereação nas próximas Eleições Autárquicas em 2008, de modo a que os problemas da Cidade possam ser correctamente resolvidos por uma nova vereação maioritariamente do PSD.

## A EMIGRAÇÃO PORTUGUESA

É sabido que existem mais de 500 mil portugueses a viver dentro das fronteiras da União Europeia. A sua maioria deixou Portugal entre os anos 60 e 70 mas cerca de 1,2% de Portugueses em idade activa abandonaram o País recentemente entre 2003 e 2007 o que corresponde a quase a 90 mil pessoas. Como é evidente a crise de emprego em Portugal intensificou as partidas nos anos acima referidos. O destino destes últimos emigrantes foi principalmente a Espanha, França e Reino Unido. A maioria dos emigrados antes de 2003, mais 60%, instalou-se em França Alemanha Reino Unido e Luxemburgo onde mais de 30% da população é Portuguesa. A Suíça foi também outro destino escolhido pelos Portugueses.

Isto prova que Portugal continua a ser um País de Emigração o que obriga o Governo a ter a maior atenção à protecção consular das nossas comunidades de emigrantes no estrangeiro.

## AS LUTAS LABORAIS

Os TSD/AML desde sempre apoiaram as justas reivindicações dos funcionários públicos, dos bancários e dos professores. Esperemos que o bom censo impere e que o Governo Socialista dê mostras de abertura e de compreensão para que se possa alcançar a correcta resolução destes problemas que muito tem prejudicado as famílias Portuguesas. - **Lisboa, 16 de Dezembro de 2008, O Secretariado Distrital dos TSD de Lisboa/AML**





## BARREIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Barreiro, para reunir no próximo dia 16 de Janeiro de 2009, (sexta-feira) pelas 19H00 na sede concelhia, sita na Rua D. João de Castro, n.º 2 – D (loja), na Freguesia de Santo André, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Secção

Notas:

As listas candidatas devem ser entregues, na sede concelhia, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o substitua.

As urnas estarão abertas entre as 19H00 e as 23H00.

## PENAFIEL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Penafiel, para reunir no próximo dia 30 de Dezembro de 2008, (terça-feira) pelas 21H30 no Auditório do Pavilhão de Feiras e Exposições, sito na freguesia de Milhundos, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1. Discussão e votação do Orçamento para o ano de 2009
2. Análise da situação política